

2012 - Ano V - Número I

ISSN 1972 - 9713

# NEARCO

Revista Eletrônica em Antiguidade



Nesta Edição - Dossiê: Germanos - da Antiguidade ao Ano Mil



## **UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

### **Reitor**

*Prof. Dr. Ricardo Vieiralves de Castro*

## **IFCH - INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

### **Diretor**

*Prof.<sup>as</sup>. Dr.<sup>as</sup>. Dirce Eleonora Nigro Solis*

## **DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

### **Chefe**

*Prof.<sup>as</sup>. Dr.<sup>as</sup>. Maria Teresa Toribio*

## **NEA - NÚCLEO DE ESTUDOS DA ANTIGUIDADE**

### **COORDENADORA**

*Prof.<sup>as</sup>. Dr.<sup>as</sup>. Maria Regina Candido*

### **EDITORES**

- *Prof. Carlos Eduardo da Costa Campos*
- *Prof. Ms. José Roberto de Paiva*
- *Prof. Junio Cesar Rodrigues Lima*
- *Prof.<sup>as</sup>. Dr.<sup>as</sup>. Maria Regina Candido*

### **CONSELHO EDITORIAL**

- *Prof. Dr. Alexandre Carneiro Cerqueira Lima - UFF*
- *Prof. Doutorando. Devid Valério Gaia - UNIPAMPA*
- *Prof.<sup>as</sup>. Dr.<sup>as</sup>. Maria Cecilia Colombani - Universidad Mar Del Plata*
- *Prof.<sup>as</sup>. Dr.<sup>as</sup>. Claudia Beltrão da Rosa - UNIRIO*
- *Prof. Dr. Vicente Carlos R. Alvarez Dobronka - UnB*
- *Prof. Dr. Daniel Ogden - Exeter University London*



Capa: Junio Cesar Rodrigues Lima

*Victory of Samothrace*

Editoração Eletrônica: Equipe NEA  
www.nea.uerj.br

Indexado em Sumarios.org

**CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS / CCS/A**

N354 Nearco: revista eletrônica de antiguidade. - Vol. 1, Ano V, n.1  
(2012) – Rio de Janeiro:UERJ/NEA, 2012 - v.4 : il.

Semestral.  
ISSN 1982-8713

1. Historia antiga - Periodicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Nucleo de Estudos da Antiguidade.  
CDU 931(05)



## Sumário

### DOSSIÊ

**Editorial: GERMANOS, DA ANTIGUIDADE AO ANO MIL**

*Johnni Lanzer & Luciana de Campos, 5*

**A INTERPENETRAÇÃO DA COSMOGONIA RELIGIOSA COM A HISTÓRIA  
ENTRE OS ESCANDINAVOS**

*Ciro Flamarion Cardoso, 8*

**UM BREVE DEBATE SOBRE OS PRIMEIROS CONTATOS E A FORMAÇÃO DA  
ISLÂNDIA**

*Munir Lutfi Ayoub, 20*

**OS FIORES E AS SERPENTES: DEFININDO ESPAÇOS GUERREIROS NA SAGA  
DE ÓLÁF TRYGVASSON**

*Pablo Gomes de Miranda, 28*

**ISLÂNDIA NO ANO 1000 d.C.: UMA ANÁLISE SEGUNDO O ISLENDIGABÓK**

*Renato Marra Moreira, 49*

### Artigo

**A ESCOLHA DAS VESTAIS, ESPELHO DE UMA SOCIEDADE EM EVOLUÇÃO (3º  
SÉCULO A.C – 1º SÉCULO D.C)**

*Nina Mekacher & Françoise Van Haepelen, 60*

### Ensaio

**MICHEL FOUCAULT E AS REGULARIDADES DISCURSIVAS: ALGUMAS  
REFLEXÕES**

*Junio Cesar Rodrigues Lima, 78*



## Editorial

# DOSSIÊ: GERMANOS, DA ANTIGUIDADE AO ANO MIL.

Johnni Langer<sup>1</sup>  
Luciana de Campos<sup>2</sup>

“Em minha opinião, os germanos são indígenas (...) incontaminados por casamentos com outras nações” Tácito, *Germânia*, 98 d.C.

Há várias décadas os povos germânicos estão sendo reavaliados pelos acadêmicos europeus. Em vez de apenas serem pensados como os bestiais causadores da derrocada do Império Romano, ou de outro lado, como primitivos e bucólicos habitantes das florestas num contexto quase romântico, as atuais perspectivas exploram suas particularidades enquanto inseridas numa dinâmica de transformações que afetaram todo o Ocidente. Nem bons, nem maus, os germanos são fundamentais para se entender o novo tipo de mundo que teve início entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média: “as sociedades ditas bárbaras têm uma cultura e as que se chamam civilizadas adquirem uma à custa de esforços, para o melhor ou para o pior”,<sup>3</sup> considerou Paul Veyne, enquanto que para Peter Burke “O declínio do Império Romano não deve ser considerado a derrota da cultura pelo barbarismo, mas um choque de culturas (...) Por mais paradoxal que possa parecer a expressão, houve uma civilização dos bárbaros”.<sup>4</sup> Essa reabilitação, por certo,

---

<sup>1</sup> Pós-Doutor em História Medieval pela USP, professor da UFMA. Coordenador do NEVE, Núcleo de Estudos Vikings e Escandinavos ([www.nevevikings.tk](http://www.nevevikings.tk)). E-mail: [johnnilanger@yahoo.com.br](mailto:johnnilanger@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Mestre em História pela UNESP. Membro do NEVE, Núcleo de Estudos Vikings e Escandinavos e NEMIS, Núcleo de Estudos de Mitologias (<http://gruponemis.blogspot.com>). E-mail: [fadacelta@yahoo.com.br](mailto:fadacelta@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> VEYNE, Paul. *História da vida privada: do império romano ao ano mil*. Vol. 1. SP: Cia das Letras, 2009, p. 404.

<sup>4</sup> BURKE, Peter. *Variedade de história cultural*. SP: Civilização Brasileira, 2006, p. 246.

vem colocando também alguns problemas metodológicos e investigativos, como a questão de identidade entre as diversas etnias, a ponto de alguns pesquisadores questionarem uma pretensa unidade lingüística e cultural entre estes povos (a etnogênese) e sua contrapartida, o referencial étnico criado a partir de Roma. A arqueologia neste sentido vem sendo decisiva, concedendo a possibilidade de se contrastar e ou examinar as fontes clássicas com novas perspectivas, indo muito além dos referenciais da *interpretatio romana*.

Em nosso país, uma nova geração de germanistas vem sendo formada, tanto de pessoas advindas das áreas de História e Letras, mas também de Filosofia e Artes, de pesquisadores vinculados aos estudos classicistas quanto medievalistas e orientalistas. Os principais centros de pesquisas, a exemplo da maioria das investigações envolvendo Antiguidade e Medievo, ainda são essencialmente situados no eixo São Paulo e Rio de Janeiro, mas com articulações por todo o país. Em especial, o grupo *Brathair* há cerca de dez anos vem promovendo estudos, publicações e eventos na área, mas atualmente o interesse está sendo ampliado também para os tradicionais laboratórios, núcleos e centros de investigações históricas e arqueológicas. Ressalta-se aqui a criação de grupos novos, como o NEVE, Núcleo de Estudos Vikings e Escandinavos, de caráter interinstitucional, do qual o dossiê apresenta a participação de seis membros.

A presente coletânea é uma mostra das mais recentes investigações sobre os povos germanos, com trabalhos de pesquisadores de diversos locais do Brasil, e proporcionado gentilmente pela equipe do NEA, Núcleo de Estudos da Antiguidade, vinculado à UERJ, que coordena a revista NEARCO.

O primeiro trabalho é de autoria de Ciro Flamarion Cardoso (UFF), um dos grandes nomes da pesquisa em História Antiga de nosso país. Seu artigo, A interpenetração da cosmogonia religiosa com a história entre os escandinavos, investiga como o imaginário religioso nórdico era estreitamente conectado ao mundo social e material, questionando a tradicional separação sócio-espacial entre deuses e homens nas sociedades antigas.



Em seguida, temos o artigo *Os fiordes e as serpentes: definindo espaços guerreiros na saga de Ólaf Trygvasson*, de Pablo Gomes de Miranda (UFRN/NEVE), que tem como objetivo estudar a relação mantida entre os escandinavos da Era Viking com os meios hídricos das regiões onde habitavam, articulando o delineamento de um espaço próprio da cultura guerreira.

Munir Lutfe Ayoub (PUC-SP/NEVE) é autor do próximo artigo, *Um breve debate sobre os primeiros contatos e a formação da Islândia*, no qual examina a historiografia e as controvérsias sobre a colonização escandinava na ilha da Islândia, durante a Alta Idade Média.

Encerrando a coletânea, outro estudo sobre a Islândia, desta vez atentando para o processo de cristianização através das fontes literárias: *Islândia no ano mil d.C.: uma análise segundo o Islendigabók*, de Renato Marra Moreira (UFG/NEVE).

Ao finalizar o dossiê, congratulamos a equipe do NEA pelo espaço, antevendo que o futuro das pesquisas germânicas antigo-medievais em nosso país é muito promissor, seja pela presença cada vez maior de interessados, quanto no amplo diálogo que os centros universitários consolidados podem proporcionar para que o debate e a pesquisa sejam sempre o espírito que move os acadêmicos, independente das instituições que pertençam. Boa leitura!

## *Dossiê*

# A INTERPENETRAÇÃO DA COSMOGONIA RELIGIOSA COM A HISTÓRIA ENTRE OS ESCANDINAVOS

*Ciro Flamarion Cardoso (CEIA-UFF)*

### **RESUMO**

É possível que as características da religião escandinava – e, no que nos interessa neste texto, as concepções relativas às relações específicas, nela, entre o visível e o invisível – tenham mantido longamente um forte caráter conservador ou arcaizante, inclusive em como foi recordada em épocas posteriores, incluindo aquela já cristã. Com efeito, existem teorias que opõem o imaginário religioso e ritual das sociedades tribais – nas quais as relações de parentesco entre vivos e mortos, a ideologia/religião e a sociedade são inseparáveis, sendo a mitologia o traço unificador mediante o qual o indivíduo se vincula aos deuses, ao grupo e aos antepassados – e as sociedades hierárquicas, nas quais se enfraquece a identidade entre religião e sociedade e pode aparecer a monopolização e a manipulação sociais crescentes tanto do poder quanto da própria religião.

Os escandinavos pré-cristãos “tinham uma noção mais fluida dos limites que separam este mundo do outro” (RICHARDS, 2005: 20) do que supõem as ideias a respeito que são próprias do cristianismo – uma religião que herdou do judaísmo uma forte convicção acerca do caráter radicalmente transcendente do divino. O que se afirmou sobre os escandinavos pode ser generalizado, aliás, à antiga religião germânica vista mais globalmente. Isto ajuda a entender a dificuldade que existe, por exemplo, ao se estudar a Grã-Bretanha anglo-saxã, para, arqueologicamente, identificar lugares de culto: “as pessoas não precisavam” necessariamente “de edifícios religiosos formais”; e, nos casos em que tais edifícios existiam, “são difíceis de distinguir de outras estruturas de madeira” (HUTTON, 1995: 270-271). No mundo escandinavo, mesmo o mais famoso dos santuários, o de Gamla Uppsala de que nos fala (confessadamente de segunda mão) Adão de Bremen,

foi reinterpretado – em forma plausível, dado o contexto de outras informações disponíveis sobre o paganismo da Europa setentrional –, como um grande salão para bebedeiras e banquetes rituais onde festivais tinham lugar, mais do que constituir, propriamente, um edifício religioso consagrado *stricto sensu* (RICHARDS, 2005: 23).

Ao tratar da relação entre transcendência e mito, V. Ivanov nos recorda

...o princípio em virtude do qual a categoria dos mundos visível e invisível seria específica e central para a concepção mitológica do mundo. O sagrado intervém como algo invisível (...). A capacidade para percebê-lo é considerada, em si, como um atributo que os deuses podem conceder (IVANOV, 1976: 58).

A relação entre o visível e o invisível, suas interseções possíveis, podem aparecer historicamente em diferentes imaginários religiosos, entretanto, de maneiras muito diversas.

Caso se admita o que se disse sobre a permeabilidade do humano e do divino entre os antigos escandinavos, os topônimos formados com a palavra *hof*, habitualmente entendidos como indicadores da presença de um santuário formal, por exemplo Hofstathir, na Islândia setentrional, próximo ao lago Mývatn, talvez devam interpretar-se, mais exatamente, como designação de um lugar onde existiu um edifício onde rituais religiosos eram realizados em paralelo a outras atividades. O assim chamado “templo” islandês de Hofstathir, um edifício de 36 metros de comprimento, cuja largura variava entre 6 e 8 metros, com uma lareira maior no centro, bancos ao longo das paredes internas e uma lareira menor ao norte, junto à qual se acharam restos de ossos de carneiros e de bovinos, recorda as descrições de santuários presentes em certas sagas; contudo, segundo parece, era na verdade um local para a realização de banquetes (eventualmente rituais). Um lamaçal próximo seria o lugar onde os animais eram preparados, sacrificados e cozidos, para posterior consumo –sem dúvida ritual, ou incluindo aspectos rituais (os brindes aos deuses que conhecemos por meio das sagas, por exemplo)– na sala mencionada (RENAUD, 1996: 161-2).

No santuário aludido no segundo capítulo da *Kjalnesinga saga*, isto é, o templo pertencente a Thorgrímr gothi, dedicado a Thórr e situado em Snaefellsnes (Islândia), havia no centro um estrado ou altar a que se afixava um anel (*stallahring* ou *baugr*) que servia de foco aos juramentos. Ora, o sacerdote local devia ostentar este anel num dedo durante certas cerimônias: outro exemplo de fronteira imprecisa entre o divino e o humano, entre o consagrado e o mundano, entre o outro mundo e este (RENAUD, 1996: 161).

Em muitíssimos casos, de fato majoritários, o lugar reservado ao culto podia, além de não ostentar qualquer edificação, também não apresentar marca alguma; ou, por exemplo, ser marcado por um simples poste não decorado, à maneira do “pilar de Irminsul” que existia na Saxônia previamente à ação missionária. Era o que acontecia, por exemplo, em certos pântanos escandinavos onde se dedicavam oferendas, cujo lugar de consagração podia, também neste caso, estar marcado por um poste ou pilar simples. As oferendas mesmas podiam ser impressionantes, em certos casos incluindo até mesmo embarcações completas com seus apetrechos de guerra, além de objetos muito preciosos; o lugar onde elas eram depositadas ou atiradas, porém, não poderia ser mais singelo (TODD, 1995: 108-11).

Nas regiões germânicas, os santuários –em materiais perecíveis– ficavam usualmente em paragens remotas, florestas, clareiras ou colinas. Há indícios também do culto a certas rochas, bosques, árvores isoladas, poços ou fontes, pântanos. Os raros lugares de culto dotados de alguma edificação, mesmo se fosse sumária, não parecem ter incluído grandes construções. Destinavam-se, provavelmente, só a alojar ex-votos, imagens de divindades (provavelmente muito singelas, a julgar pelos poucos exemplares indubitáveis achados) e objetos sagrados; e a visitas individuais, não a cerimônias coletivas. Quando dos festivais, usavam-se –a julgar pela literatura– salas régias ou pertencentes a pessoas importantes onde coubesse muita gente; procissões podiam, nessas ocasiões, contornar em algum momento o santuário, permitindo que se

vislumbrassem os objetos sagrados em seu interior, sem entrar. Embora os santuários em questão pudessem ser delimitados ou designados por cercas, isto acontecia também com outros recintos, desprovidos de conotações religiosas, que fossem relativamente especializados (os reservados a tribunais ou assembleias, por exemplo); no caso dos santuários, não se configurava um *témenos* à maneira grega, ou um “domínio divino” à maneira egípcia, isto é, um terreno dedicado a atividades religiosas, recortado radicalmente do espaço do cotidiano. Assim sendo, não existia, como entre os povos do Mediterrâneo e arredores, a ideia de recintos sagrados taxativamente separados dos espaços ordinários, seculares: pelo contrário, entre os germanos, deviam estar abertos ao mundo de todos os dias e às pessoas em geral. As reminiscências em período já cristão de santuários pagãos desaparecidos refletem, às vezes, uma projeção da estrutura espacial das igrejas sobre edificações do passado, não disponíveis já para exame quando os textos se geraram. Mas, nos contados casos em que a Arqueologia permite o exame de edifícios em princípio dedicados ao culto, a tendência é a que já indicamos, ou seja, a inexistência de fronteiras estritas entre este mundo e aquele, invisível, dos deuses e dos mortos, ou entre as atividades de culto e as de outros tipos.

Da indefinição relativa dos limites entre o mundo visível e o invisível decorrem certos elementos cuja presença em todo o mundo germânico encoraja-nos a considerá-los como indicadores, remanescentes mesmo em fontes escritas redigidas já sob o cristianismo, de características gerais da religiosidade pagã germânica. Isto, pelo menos nas regiões onde a conversão ao cristianismo, bastante mais tardia do que em outras partes da Europa, configura o que foi chamado de “germanização do cristianismo medieval mais antigo” (RUSSELL, 1994). Os dados a respeito são mais numerosos para a Escandinávia, mas também os temos para outras regiões germânicas.

Um exemplo escandinavo encontra-se na saga de *Njal o Queimado*, nos capítulos 100 a 105, quando o assunto é o processo de adoção do cristianismo na Islândia, adoção que se consumou no ano 1000. O aspecto salvífico da nova religião é mencionado uma

única vez, de modo assaz estranho, dando a entender que o arcanjo Miguel, se invocado pelos seus devotos, teria o poder mágico de, quando do julgamento dos mortos, fazer com que, ao serem pesadas as ações, o bem pesasse sempre mais do que o mal (capítulo 100). O brutamontes que acompanhava como uma espécie de guarda-costas, em suas andanças, o missionário encarregado pelo rei da Noruega de pregar o cristianismo na ilha age contra o principal rival pagão dentro das tradições locais, isto é, assassinando-o, não ficando claro se o faz a mando do missionário ou por sua própria iniciativa (capítulo 102). E o debate na assembleia geral (Althing) entre ambas as religiões, quando aparece no texto, é pouco espiritual. Um cristão ofende os deuses em curto poema; e debate-se o poder relativo de Cristo, de um lado, e de Óthinn e Thórr, do outro, como se se tratasse de um duelo a respeito de intervenções diretas neste mundo para ver “quem pode mais” (capítulo 102). Uma tal atitude talvez ajude a explicar aquilo a que alude Page, referindo-se ao período de transição religiosa:

...não é preciso assumir que o advento do cristianismo necessariamente trouxesse mudanças radicais nas práticas ou crenças nórdicas. Era bem possível, como verificamos, que um nórdico habitante da Irlanda confiasse ao mesmo tempo em Cristo e em Thor. Mais do que substituir o mito nórdico, o mito cristão pode ter-se somado a ele (PAGE, 1990: 10).

A meu ver, se levarmos a sério nas análises os elementos mencionados, à luz do que se disse acerca da permeabilidade dos mundos –a dimensão invisível dos deuses e outros seres sobrenaturais e aquela, corriqueira, dos homens–, seremos forçados a elaborar hipóteses explicativas diferentes ao tratar de fenômenos como: (1) elementos que se costuma examinar como “resíduos” do paganismo conservados após a cristianização; (2) o “evemerismo” que podemos achar em visões que reinterpretam os antigos deuses como governantes mortais posteriormente divinizados. Examinemos, em favor da postura que adotamos, alguns dos dados disponíveis.

Na *Crônica anglo-saxã*, as casas reais da Inglaterra germanizada são apresentadas, em sua maioria, como linhagens descendentes de Woden (o Óthinn dos escandinavos).

Em certos casos, Woden aparece, nas genealogias régias, a meio caminho, no tempo e na sucessão das gerações, entre o Adão da Bíblia e o rei cujo *pedigree* estiver sendo examinado no momento (por exemplo: SWANTON, 1998: 66. Trata-se, quanto ao exemplo escolhido, da entrada presente no manuscrito E, relativa ao ano 855). Isto costuma ser interpretado como um resquício de paganismo:

Apesar do valor do apoio que a Igreja podia oferecer à monarquia, os reis dos séculos VII e VIII estavam conscientes de que a lealdade que os seus povos lhes deviam repousava em crenças muito mais antigas, incompatíveis com o ensinamento eclesiástico. Ine denominava-se “Rei por dom de Deus”, Etebaldo da Mércia, “Rei pela graça divina”; mas eles sabiam que, para a maioria de seus súditos, eram reis devido à sua linhagem. Os germanos pagãos acreditavam que os seus reis descendiam de deuses e deles herdavam uma força sobrenatural (...). Tais crenças ainda existiam na Inglaterra do século VIII... (FISHER, 1992: 137.)

O mesmo princípio de legitimação do rei mediante a afirmação de descender ele de Óthinn é encontrado na Escandinávia e continua a aparecer até mesmo em fontes bem tardias. Assim, por exemplo, na *Bósa saga*, lemos:

Havia um rei chamado Hring que governou a Gotlândia oriental. O seu pai era o rei Gauti, filho do rei Odin da Suécia. Odin percorrera todo o caminho da Ásia [até as terras escandinavas]; e todas as famílias reais mais nobres da Escandinávia descendem dele. (PÁLSSON; EDWARDS, 1987: 199).

Se aceitarmos a existência de restos subsistentes do paganismo positivamente considerados, no caso, pelos homens do século VIII ou de épocas posteriores, como acabamos de verificar, por exemplo no terreno da legitimação dos reis, seria preciso abandonar a explicação simplista de que os deuses germânicos pagãos –entre eles o Woden ancestral das casas reais– passaram a ser vistos invariavelmente como demônios após a conversão. É claro que esta interpretação também pode apresentar-se: no capítulo 13 da *saga de Egil e Asmund*, em episódio que se desenvolve no inferno, Óthinn aparece identificado ao diabo em pessoa, ao Príncipe das Trevas; curiosamente, sem perder

algumas de suas características próprias, como a de *trickster* ou pregador de peças (PÁLSSON; EDWARDS, 1987: 248).

A meu ver, o que notamos nos textos a respeito dos antigos deuses é, sobretudo, a ambiguidade: às vezes aparecem como seres malignos; em outras ocasiões, sua ação para com algum humano é benéfica. Entretanto, se olharmos as coisas mais de perto, talvez verifiquemos é que as divindades pagãs agiam, em suas interações com os humanos de que falam as fontes, segundo a *natureza específica* de cada deus ou deusa, tal como a mesma havia sido definida nos mitos antigos.

Um exemplo escandinavo de intervenção negativa de Óthinn relativamente a um rei cristão aparece, no *Heimskringla*, na “Saga de Óláf Triggvason”. Um estranho aborda servidores do rei e lhes diz que estão preparando uma refeição indigna da mesa real, presenteando-lhes, a seguir, dois grandes pedaços de carne, que os servidores então cozinham. Óláf, ao saber do caso, ordena-lhes que destruam tal comida, já que o estranho visitante “provavelmente não havia sido um ser humano, mas sim, Óthinn, o deus que os pagãos haviam adorado por tanto tempo”; e, conclui o rei, Óthinn “não nos conseguirá enganar” (STURLUSON, 1995: 204). Mais do que um ato demoníaco, teríamos aqui uma típica manifestação do deus interpretada, pelo rei, como derivando de um de seus aspectos: o de enganador, pregador de peças (*trickster*). O mais interessante, porém, neste como em outros casos em que se relatam intervenções divinas junto a seres humanos, é que elas não são remetidas –como na Grécia e na Roma antigas ou no antigo Egito– a um passado mítico situado numa temporalidade vaga e indefinida das origens, mas sim, acontecem num tempo histórico definido e relativamente a personagens que podem ser históricas (o que não quer dizer, claro está, que tais intervenções o sejam!). Os deuses entram e saem da dimensão humana sem maior dificuldade, dada a permeabilidade já mencionada das fronteiras entre o visível e o invisível; e, em muitos casos, só *a posteriori* se percebe que foi uma divindade a manifestar-se, não um ser humano como qualquer outro, tão pouco dramática fora a sua presença.

Exemplo semelhante aparece na *Örvar-Odds saga*, quando Barba Vermelha, um homem indistinguível dos outros mortais, com os quais interage de maneira corriqueira, a seguir desaparece e nunca mais é visto: as pessoas acreditam que, provavelmente, tratara-se do próprio Óthinn (PÁLSSON; EDWARDS, 1987: 92).

Saxo Grammaticus, na sua obra *Gesta Danorum*, fornece diversos exemplos de intervenções de Óthinn junto a humanos (lendários ou históricos, conforme os casos). O deus ensina a Sigmund encantamentos mágicos que garantam a vitória nos combates; auxilia numa batalha outro herói, Hadding; entra num pacto com o rei dinamarquês Harald Dente de Guerra, a quem aparece como “um velho muito alto, caolho e envolvido num manto peludo”, mas depois se volta contra o mesmo rei, apoiando um inimigo seu, que por fim mata Harald com a ajuda de Óthinn. De novo, o deus pagão está simplesmente agindo segundo sua natureza: nos próprios mitos pagãos, Óthinn não é confiável, posto que muda suas alianças e rompe os pactos que jurou, quando isso lhe é conveniente (SAXO GRAMMATICUS, 1894: 78, 298, 296; ver também DAVIDSON, 1996: 49-50). As passagens pertinentes de *Gesta Danorum* são: II, 65; VII, 247; VII, 248.

Além dos próprios deuses, outras personagens sobrenaturais transitam ocasionalmente e de modo fácil entre a dimensão que habitam ordinariamente e o mundo dos mortais, onde aparecem para causar perturbações diversas, no conto de *Helgi Thorisson* (PÁLSSON; EDWARDS, 1987: 277-279, 280; tradução para português e análise: CARDOSO, 1997: 67-83).

Por fim, a fronteira entre a vida e a morte parece frágil. Na *saga dos groenlandeses*, por exemplo –mas numerosos outros exemplos poderiam ser citados–, temos o episódio em que o cadáver de um homem se põe de pé e faz vaticínios à sua viúva, para a seguir voltar a cair (*Saga dos groenlandeses*, in JONES, 1965: 210-211).

Ao ser Óthinn/Woden considerado, em diversos textos, como um rei do passado que os pagãos, em sua ignorância, vieram a divinizar e adorar, estamos no terreno do que se chama de evemerismo. Este último pode ser interpretado como algo que resultou de

uma influência da leitura dos clássicos pelos clérigos –ou por pessoas cuja educação foi clerical, como Snorri Sturluson– que produziram a maioria dos textos de que dispomos (BOYER, 1998: 217). Esta explicação, entretanto, é insuficiente. As “influências”, por si mesmas, não explicam grande coisa: o que importa é saber por que razão, dentre todas as influências disponíveis que poderiam ser exercidas numa dada conjuntura, uma delas foi escolhida num determinado caso. Em minha opinião, o evemerismo tinha uma razão de ser precisa: permitia aos escandinavos (bem como, por exemplo, aos anglo-saxões) continuar a reivindicar em certos contextos (legitimação de casas régias ou nobres, encantamentos mágicos diversos, etc.) as divindades pagãs, sem correr o risco de se ver isto como uma infração ao cristianismo vigente. Um exemplo bem conhecido de transposição evemerista dos mitos cosmogônicos e divinos do paganismo para a História da Escandinávia é a parte inicial do *Heimskringla*, “Ynglinga saga”, onde a luta entre as duas famílias divinas dos Aesir e dos Vanir é transformada em luta entre antigas casas régias escandinavas rivais (STURLUSON, 1995: 7-13).

No mesmo sentido geral, mas num plano de maior abstração, era possível introduzir na história humana um elemento mítico, integrando-o em interpretação que se acreditava histórica. Um exemplo pode ser o encontro mítico carregado de consequências entre um deus e uma gigante, transportado para escritos históricos medievais na forma da conjunção de um rei com uma mulher misteriosa, dotada de poderes especiais, proveniente de alguma região remota: um exemplo é o casamento do rei norueguês Eiríkr Machado Sangrento com Gunnhildr, vinda de um norte distante cujos habitantes, acreditava-se, eram hábeis mágicos (*Heimskringla*: “Harald saga Hárfagra”, capítulo 43; SORENSEN, 1997: 216).

É possível que as características da religião escandinava –e, no que nos interessa neste texto, as concepções relativas às relações específicas, nela, entre o visível e o invisível– tenham mantido longamente um forte caráter conservador ou arcaizante, inclusive em como foi recordada em épocas posteriores, incluindo aquela já cristã. Com

efeito, existem teorias que opõem o imaginário religioso e ritual das sociedades tribais – nas quais as relações de parentesco entre vivos e mortos, a ideologia/religião e a sociedade são inseparáveis, sendo a mitologia o traço unificador mediante o qual o indivíduo se vincula aos deuses, ao grupo e aos antepassados– e as sociedades hierárquicas, nas quais se enfraquece a identidade entre religião e sociedade e pode aparecer a monopolização e a manipulação sociais crescentes tanto do poder quanto da própria religião. Os deuses e as pessoas são, a partir de então, tendencialmente vistos como estritamente diferentes e separados entre si; as divindades não necessariamente desejam o bem dos humanos e devem ser propiciadas –função que tende a ser assumida por um grupo dominante numericamente restrito–, enquanto os mortos, os antepassados, se separam em boa parte das relações de parentesco e habitam um mundo dos mortos situado à parte. Se bem que os processos ligados à hierarquização social que se deu nas diferentes regiões da Escandinávia da Idade do Ferro e medieval certamente incidiram na religião, esta manteve muitos traços mais típicos de uma indiferenciação relativa entre mundo humano, mundo divino e dimensão dos mortos. Naturalmente, quando arcaísmos permanecem no tocante às concepções religiosas e/ou ao ritual, isto não precisa significar que a sociedade não mudou; significa, eventualmente, que a religião esteja sendo usada para ocultar ou distorcer os processos sociais em curso, na medida em que as pessoas escolhem manejar o imaginário como se as coisas continuem a ser como eram no passado (HEDEAGER, 1992: 27-31, 177, 240).

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **FONTES PRIMÁRIAS:**

JONES, Gwyn. *El primer descubrimiento de América: Establecimiento de los vikingos en Islandia, Groenlandia y América*. Barcelona: Ediciones de Occidente, 1965, pp. 141-269 (numerosas fontes primárias traduzidas).



MAGNUSSON, Magnus; PÁLSSON, Hermann (introdução e tradução). *Njal's saga*.

Harmondsworth: Penguin, 1971.

PÁLSSON, Hermann; EDWARDS, Paul (trad. e introdução). *Seven Viking romances*.

Harmondsworth; New York: Penguin Books, 1987.

SAXO GRAMMATICUS. *Gesta Danorum*. Trad. Lord Elton. London: Folklore Society, 1894.

STURLUSON, Snorri. *Heimskringla: History of the kings of Norway*. Trad. Lee M. Hollander. Austin: The American Scandinavian Foundation; University of Texas Press, 1995.

SWANTON, M. J. (ed. e trad.). *The Anglo-Saxon chronicle*. New York: Routledge, 1998.

#### BIBLIOGRAFIA:

BOYER, Régis. *Les sagas légendaires*. Paris: Les Belles Lettres, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Narrativa, sentido, História*. Campinas: Papyrus, 1997.

DAVIDSON, H. A. Ellis. *Gods and myths of the Viking Age*. New York: Barnes & Noble, 1996.

HEDEAGER, Lotte. *Iron-age societies*. Traduzido por John Hines. Oxford; Cambridge (Mass.): Blackwell, 1992.

HUTTON, Ronald. *The pagan religions of the ancient British isles: Their nature and legacy*. Oxford (UK); Cambridge (Mass.): Blackwell, 1995.

IVANOV, V. V. la catégorie "visible" et "invisible" dans les textes des cultures archaïques, in Y. M. Lotman; B. A. Ouspenski (orgs.). *Travaux sur les systèmes de signes: École de Tartu*. Bruxelles: Complexe, 1976.

PAGE, R. I. *Norse myths*. Austin: University of Texas Press; london: British Museum Publications, 1990.

RENAUD, Jean. *Les dieux des Vikings*. Rennes: Éditions Ouest-France, 1996.

RICHARDS, Julian D. *The Vikings: A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2005.



RUSSELL, James C. *The germanization of early medieval christianity: A sociohistorical approach to religious transformation*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1994.

SORENSEN, Preben Meulengracht. "Religions old and new". *In: Peter Sawyer (org.). The Oxford illustrated history of the Vikings*. Oxford-New York: Oxford University Press, 1997, pp. 202-24.

TODD, Malcolm. *The early Germans*. Oxford (UK); Cambridge (Mass.): Blackwell, 1995.

## Dossiê

# UM BREVE DEBATE SOBRE OS PRIMEIROS CONTATOS E A FORMAÇÃO DA ISLÂNDIA.

Munir Lutfe Ayoub<sup>5</sup>

### RESUMO

Neste artigo iremos acompanhar a historiografia e as novas fontes arqueológicas, além de fazer uma análise sobre os diferentes pontos de vista e as mudanças que os novos estudos e os novos achados arqueológicos estão trazendo para a compreensão da ocupação da ilha da Islândia.

### INTRODUÇÃO

Quando tratamos no meio acadêmico sobre fontes para o estudo do mundo Viking escandinavo possibilidades diversas são colocadas, porém devemos ter cuidados com estas fontes, pois as mesmas nos colocam alguns problemas. O primeiro problema vem do fato de que os relatos presentes nestas fontes sofreram influências diversas como, por exemplo, as influências do contexto sociais e políticos vividos por aqueles povos, que ao final acabavam moldando suas visões sobre seus antepassados, uma vez que o período Viking teve início pelo menos quatro séculos antes dos primeiros escritos, esses que só foram redigidos no século XII.

Para entendermos melhor esta questão teríamos que olhar para fontes como o *Landnámabók* (o livro da colonização), este livro teve suas versões preservadas a partir do século XIII, contudo os historiadores acreditam que a primeira versão tenha sido feita no

---

<sup>5</sup> Mestrando em história pela Puc-SP. Membro do NEVE, Núcleo de Estudos Vikings e Escandinavos (www.nevevikingstk). Email: munirlutfe@gmail.com.

século XII. No *Landnámabók* podemos encontrar os relatos da ocupação dos primeiros homens na ilha da Islândia, os relatos seguem as linhagens daqueles homens até os dias de sua compilação, porém devemos tomar cuidado ao interpretar uma fonte como esta, pois não podemos tomar como verdade todas as informações que esta nos traz. Os historiadores acreditam que o propósito do *Landnámabók* era de legitimar as elites políticas daquele momento na Islândia, portanto se caracterizando como uma influência das elites ali presentes sobre os seus antepassados, uma vez que a ocupação da Islândia no período Viking teria ocorrido pelo menos quatro séculos antes da compilação das primeiras versões que foram conservadas dessa obra (Sawyer, 2001: 111-113; Roesdahl, 1998:226-227; Byock, 2001: 95-98).

Portanto hoje em dia os historiadores andam procurando fontes alternativas que permitam uma melhor compreensão sobre o passado escandinavo, para uma possível confirmação destas fontes literárias ou para seu questionamento, estes estudos vem sendo feitos tanto no campo das antigas crenças e fé Viking, quanto para o contexto histórico, social e político vividos por aqueles povos (Sawyer, 2001: 120-126; Roesdahl, 1998: 267-268; Graham- Campbell, 2006: 170-173; Byock, 2001: 89-91).

Neste artigo iremos acompanhar a historiografia e as novas fontes arqueológicas, além de fazer uma análise sobre os diferentes pontos de vista e as mudanças que os novos estudos e os novos achados arqueológicos estão trazendo para a compreensão da ocupação da ilha da Islândia.

## **FONTES, HISTORIOGRAFIA E CONSIDERAÇÕES SOBRE A OCUPAÇÃO DA ISLÂNDIA NO PERÍODO VIKING**

Para iniciarmos nossa observação sobre as fontes e a historiografia produzida sobre a ocupação da Islândia devemos neste momento separar esta história em duas partes, uma antes do período Viking e a segunda durante o período Viking. O período Viking é marcado como o início da ocupação desta ilha pelos povos nórdicos e

escandinavos. Iniciaremos a nossa observação pelo segundo período e para isso necessitamos aqui levantarmos algumas perguntas:

De onde vieram estes nórdicos e escandinavos que habitaram a Islândia? O que estes buscavam nesta nova terra? Quando estes homens chegaram pela primeira vez?

A origem destes homens não é tão discutida como outras questões sobre a ocupação da Islândia, muitos historiadores dizem que as origens destes homens do norte são de variados lugares como a Irlanda, a Escócia, as ilhas Faroés, Shetland, Suécia e a Dinamarca além da Noruega que os historiadores acreditam ser o principal lugar de origem destes homens (Sawyer, 2001: 118; Roesdahl, 1998:267; Graham- Campbell, 2006:170; Haywood, 1995: 92; Byock, 2001:82-83; Clunies Ross, 2010:5).

As fontes para a determinação desta origem são de variados gêneros, uma das principais o *Landnámabók* (o livro da colonização) diz que dois homens Noruegueses vieram habitar a ilha, eles se chamavam Ingolf e Hjorleif. Na continuação do livro achamos a cena de Hjorleif sendo morto pelos seus escravos Irlandeses (Haywood, 1995: 92).

Portanto pela primeira fonte já poderíamos dizer que os Noruegueses trouxeram para a ilha escravos irlandeses, o que nos permitiria já buscarmos duas identidades destes homens que vieram habitar a ilha, estes irlandeses provavelmente teriam como raízes o mundo celta.

Historiadores como Else Roesdahl também nos apontam para as análises dos nomes de lugares e de pessoas presentes na Islândia, segundo Roesdahl lugares como Brjánskr tem em seu prefixo uma origem céltica de Brian, além de personagens das sagas como, por exemplo, Njál personagem principal da *Njáls saga* escrita em 1280 terem também o nome citado em batalhas como as de Clontarf<sup>6</sup> (1014) região próxima a Dublin (Roesdahl, 1998:267).

---

<sup>6</sup> Última batalha que marcou o fim da ocupação Viking na Irlanda é a fuga desses povos para ilhas como, por exemplo, a da Islândia.

Para encerrarmos nossa primeira questão poderíamos observar estudos como os de Margaret Clunies Ross, em seu livro denominado *The Cambridge Introduction To The Old Norse-Icelandic Saga* é apresentado um estudo sobre DNA mitocondrial feito em 1000 exemplares de esqueletos de homens e mulheres encontrados na Islândia. O estudo aponta que 63-5 por cento das mulheres vieram de regiões como a Escócia e a Irlanda enquanto 75-80 por cento dos homens vieram de regiões como a Noruega ou outras partes do continente escandinavo (Clunies Ross, 2010:5).

Portanto estes estudos encerram a primeira questão afirmando que as origens destes homens são de lugares diversos como já citado anteriormente. Regiões como Irlanda, a Escócia, as ilhas Faroës, Shetland, Suécia, Dinamarca e Noruega.

A segunda questão para aqui pensarmos são os motivos destes homens em suas saídas de suas terras e ocupações de ilhas como a da Islândia, esta questão gera algumas divergências entre os historiadores e estas serão aqui demonstradas.

Historiadores como Paddy Griffith e Jesse Byock apontam para uma ocupação da Islândia tendo seus primeiros motivos advindos da Noruega, pois naquele período o antigo sistema de assembléia no qual todos os homens livres podiam participar começava a ser substituído por um poder centralizado nas mãos de um Rei denominado Harald Finehair, o que fez com que muitos fazendeiros fugissem em buscas de novas terras sem impostos e sem interferência de um poder centralizado (Byock, 2001:82-84; Griffith, 2004:18).

Outras teorias sobre os motivos destes homens terem saído de suas terras e irem ocupar a Islândia foram apontadas por outros historiadores como, por exemplo, Peter Sawyer que diz que o real motivo de ocupação da Islândia é o fato de que aos olhos dos fazendeiros noruegueses estas novas terras descobertas aparentemente ofereciam imensas oportunidades de exploração sem muito esforço (Sawyer, 2001:119-120).

As únicas fontes que temos para a análise destes motivos são as sagas e os livros como o *Landnámabók* (o livro da colonização). No livro da colonização o motivo apontado

para o abandono das antigas terras foi à tirania do rei norueguês Harald Finehair, contudo como já fora dito o escrito do *Landnámabók* fora feito no século XII e seus primeiros exemplares foram preservados somente no século XIII, portanto não nos dando certeza sobre os reais motivos de ocupação da ilha, ocupação que havia ocorrido no século IX (Sawyer, 2001:118-119).

A última questão aqui para observarmos sobre a ocupação da Islândia no período Viking é sua datação. Muitas datas foram apontadas por historiadores diferentes, porém apesar de diferentes não divergem em um período grande de tempo uma da outra.

Poderíamos começar a apontar estas múltiplas datas pelos livros de Paddy Griffith e John Haywood, ambos acreditam que a ocupação da Islândia tenha ocorrido nos anos de 870, James Graham Campbell, no entanto aponta a data de ocupação da ilha para 860, Jesse Byock por estudos estratigráficos aponta a datação para  $871 \pm 2$ , porém historiadores como Peter Sawyer preferem apenas apontar para o século IX, enquanto Else Roesdahl acaba por não apontar nenhuma data inicial para esta ocupação em suas considerações sobre a Islândia (Sawyer, 2001:114; Byock, 2001:89-91; Griffith, 2004:16; Roesdahl, 1998:265-269; Haywood, 1995: 92; Graham- Campbell, 2006:170).

As fontes para a datação da ocupação são de dois tipos, a primeira são as sagas, ou os livros como o *Íslendingabók* (o livro dos Islandeses) e a segunda fonte são os *estudos estratigráficos*. Iniciarei a nossa observação pelo *Íslendingabók*, este livro fora escrito entre os anos de 1120-30 por Ari Fródi membro da elite islandesa já influenciada pela religião cristã e aponta a data de ocupação da Islândia para os anos de 870 quando diz o seguinte:

“Iceland was first settled from Norway in the days of Harald the Fairhaired [Finehair], son of Halfdan the Black, at the time- according to the opinion and calculation of Teit my foster-father, the wisest man I have know, son of Bishop Ísleif, and of my paternal uncle Thorkel Gellison who remembered far back, and of Thurid daughter of Snorri Godi was both learned in many things and trustworthy- when Ivar, son of Ragnar Lodbrock, caused Edmund Saint, king of the English, to be slain; and that was 870 years after the birth of Christ. A

Norwegian called Ingolf, it is told for certain, went first from there [i.e. from Norway] to Iceland when Harald the Fairhaired was sixteen winters old, and for the second time a few winters later. He settled south in Reykjavík.”(Roesdahl, 1998:266).

Porem para confirmarmos as datações encontradas nos livros os historiadores procuram outros estudos como os estratigráficos, neste sentido Jesse Byock em seu livro *Viking Age Iceland* demonstra como podemos executar a datação da ocupação da Islândia no período Viking por meio de outras fontes.

Byock quando trata do *estudo estratigráfico* que nos ajudaria a apontar a data de ocupação Viking na Islândia nos diz que este estudo e feito pela comparação das camadas de tephra vulcânicas. Segundo o historiador tephra é um termo genérico para as partículas solidas que voam no processo de erupção de um vulcão como, por exemplo, pó vulcânico, fragmentos de pedra, pedra-pomes.

As camadas de tephra são muitas encontradas na Islândia, porem segundo Byock a principal camada de tephra para os estudos Vikings na ilha é a camada denominada tephra landnám, que por comparações de elementos achados em exemplares tirados das geleiras da Groelândia datariam o inicio da ocupação Viking da Islândia para os anos de  $871 \pm 2$ , portanto confirmando o que fora dito por Ari Fródi em seu livro *Íslendingabók*. (Byock, 2001:89-91).

Portanto poderíamos concluir esta parte do trabalho com alguns apontamentos como os de que as origens dos homens que ocuparam a Islândia foram diversas, que esta ocupação ocorreu por volta de 870 e por ultimo também que os motivos para ela foram diversos. Motivos esses que vão desde as pressões sofridas por homens na Noruega no período de Harald Finehair, até o fato de estas ilhas chamarem atenção por oferecerem grandes quantidades de terras sem muita resistência.

Porem ainda não tratamos sobre as teorias de ocupação da Islândia antes do período Viking o que faremos na próxima parte deste trabalho.

## **A OCUPAÇÃO DA ISLÂNDIA NO PERÍODO PRÉ-VIKING**

Uma ocupação pré-Viking da ilha da Islândia fora tratado por muitos historiadores, entre eles temos Jesse Byock que em seus estudos disse que antes da chegada dos Vikings a ilha da Islândia já era habitada por alguns monges, que eram chamados papar pelos antigos Islandeses, porem a presença destes monges ainda não conseguiu ser afirmada pela arqueologia, contudo a presença destes pode ser apontada pelos nomes de algumas localidades como a Iha de Papey a sudoeste da Islândia (Byock, 2001:10-11).

Else Roesdahl também traz em seus estudos sobre a Islândia estes apontamentos e nos diz que existem escritos do século quatro que trata de uma ilha ao norte da Grã-Bretanha, estes escritos foram apresentados por James Graham-Campbell em seu livro e realmente nos mostra fenômenos muito próprios da ilha como o sol da meia noite (Roesdahl, 1998:267).

“Faz agora trinta anos que os sacerdotes(clerici) que viveram nesta ilha desde o primeiro dia de fevereiro até o primeiro dia de agosto me disseram que não só no solstício de verão, mas também nos dias anteriores e posteriores, o sol poente esconde-se na hora do anoitecer como se estivesse atrás de uma pequena colina, e, portanto, não há escuridão durante este período de tempo, e qualquer tarefa que um homem deseja realizar, incluindo procurar piolhos na camisa, se pode fazer exatamente como em plena luz do dia. Os que escreveram que o mar é gelado à volta da ilha estão enganados [...] mas depois de um dia de navegação daqui para o norte encontraram o mar gelado.”(Graham-Campbell,2006:170).

Porem a arqueologia até o momento das publicações destes estudos ainda não havia conseguido encontrar nenhum vestígio que apontasse para uma ocupação pré-Viking da Islândia, no entanto este quadro esta mudando e no ano de 2011 achados arqueológicos na região de Hafnir na península de Reykjanes apontaram para a presença de uma cabine. Geralmente as presenças de cabines marcam a existência de uma fazenda, a datação de carbono 14 feitas na região apontou que a cabine se encontrava deserta entre os anos de 770 a 880 D.C., portanto levantando a teoria que aquela instalação teria

ocorrido em tempos muito anteriores a chegada dos vikings na ilha que como já visto ocorreu por volta de 870.

Assim sendo os arqueólogos apontam para um possível posto utilizado temporariamente por homens do norte, originários das ilhas britânicas ou da Escandinávia que utilizavam a ilha em determinadas épocas do ano para a exploração de materiais como pássaros, ovos, peixes, baleias e até mesmo dentes de morsa, porem as escavações nas localidades ainda não terminaram e as teorias ainda estão sendo levantadas.

Para encerrarmos este trabalho nos resta apontarmos o fato de que mais uma vez estudos como a arqueologia e a estratigrafia se mostram como possibilidades de revisão dos campos da história, que nos servem como grande auxiliadora nas interpretações das fontes textuais que nem sempre eram exatas e por muitas vezes nem tinha a preocupação de serem. Além de nos lançarmos em novos estudos para a compreensão da ocupação da Islândia.

## **BIBLIOGRAFIA**

Byock, Jesse. *Viking Age Iceland*. London: Penguin Books, 2001.

Clunies Ross, Margaret. *The Cambridge Introduction to the Old Norse-Icelandic Saga*. New York: Cambridge University Press, 2010.

Graham-Campbell, James. *Grandes civilizações do passado: Os Vikings*. Tradução Nougé, Carlos. Barcelona: Ediciones Folio, 2006.

Griffith, Paddy. *Los Vikingos El terror de Europa*. Tradução Sasot Mateus, Albert. Barcelona: Editorial Ariel, S. A., 2004.

Haywood, John. *The penguin historical atlas of the Vikings*. Londres: Penguin Books, 1995.

Roesdahl, Else. *The Vikings*. Tradução Margeson M., Susan e Williams, Kirsten. Londres: Penguin Books, 1998.

Sawyer, Peter. *The Oxford illustrated History of the Vikings*. New York: Oxford University Press, 2001.

## Dossiê

# OS FIORES E AS SERPENTES: DEFININDO ESPAÇOS GUERREIROS NA SAGA DE ÓLÁF TRYGVASSON

*Pablo Gomes de Miranda<sup>7</sup>*

### RESUMO

O presente artigo remete em seu título as embarcações de grande porte utilizadas pelo rei Óláf Tryggvason na batalha de Svöld. Embarcações poderosas e imponentes, descritas nas sagas como as maiores e melhores, a Serpente Longa, a Serpente e a Garça, navios citados na *Óláfs saga Tryggvasonar*, parte do *Heimskringla*, uma compilação de narrativas escandinavas do séc. XIII (por volta de 1230). Será abordado aqui como os navios escandinavos surgem por uma necessidade geográfica, tornando-se fulcral para o desenvolvimento e transporte de diversas atividades cotidianas e passam a ser fundamentais no modo de guerrear além de parte integrante na cultura escandinava da Era Viking.

### INTRODUÇÃO

Os conflitos guerreiros são constantes nas narrativas medievais que chamamos de Sagas: elas criam laços entre os homens, forjam confiança, constroem laços de amizades, famílias inteiras se mobilizam ao retinir do metal das lanças, espadas e machados, nos escudos oblongos de madeira, vidas e mortes que são celebradas em poética e exploradas em prosa. A batalha de Svöld é um conflito que se passou no Mar Báltico, onde o rei

---

<sup>7</sup> Mestrando em **História dos Espaços** pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), linha de pesquisa “Cultura, Poder e Representações Espaciais”, onde desenvolve a pesquisa **Guerra e Identidade: um estudo da marcialidade no Heimskringla** sob orientação da Profa. Dra. Maria Emilia Monteiro Porto. Membro do NEVE, Núcleo de Estudos Vikings e Escandinavos ([www.nevevikings.tk](http://www.nevevikings.tk)). E-mail para contato: [jomsvikings@hotmail.com](mailto:jomsvikings@hotmail.com) e [pgdemiranda@gmail.com](mailto:pgdemiranda@gmail.com)

norueguês Óláf Tryggvason e os seus aliados enfrentam uma coalizão de forças dinamarquesas, lideradas pelo rei Sveinn Tjúguskegg<sup>8</sup>, forças suecas, das quais estavam à frente o rei Olof Skötkonung e forças norueguesas dissidentes, lideradas pelo *jarl* Eirík Hakonnarson<sup>9</sup>.

O presente artigo remete em seu título as embarcações de grande porte utilizadas pelo rei Óláf Tryggvason na batalha de Svöld. Embarcações poderosas e imponentes, descritas nas sagas como as maiores e melhores, a Serpente Longa, a Serpente e a Garça, navios citados na *Óláfs saga Tryggvasonar*, parte do *Heimskringla*, uma compilação de narrativas escandinavas do séc. XIII (por volta de 1230). Será abordado aqui como os navios escandinavos surgem por uma necessidade geográfica, tornando-se fulcral para o desenvolvimento e transporte de diversas atividades cotidianas e passam a ser fundamentais no modo de guerrear além de parte integrante na cultura escandinava da Era Viking.

Para compreendermos a construção de nossa espacialidade, utilizamos os estudos de construção da paisagem na perspectiva de Simon Schama, que entrega um sentido de memória estruturada junto à natureza; os espaços “liso” e “estriado” de Gilles Deleuze, ao qual compreendemos fazer parte as rotas, os locais de guerra e conflitos, além da prática comercial; e as operações de lugar e espaço evidenciadas por Michel de Certeau,

---

<sup>8</sup> Mais conhecido como Svein Barba-bifurcada.

<sup>9</sup> Jarl é comumente traduzido ao inglês como Earl, no sentido de conde. Queremos frisar, no entanto que Jarl, do nórdico antigo, está mais ligado ao caráter bélico de lideranças guerreiras, não necessariamente submetidas a algum poder central, e quando se encontra nessa posição, ainda mantém certo nível de independência e influência sobre as suas regiões de controle. Também poderia controlar o reino, caso o rei ainda fosse muito novo para assumir essa função (SPRAGUE, 2007, p. 212). Quando fazemos referência ao jarl Eirík Hakonnarson, é importante lembrar que o mesmo faz parte de uma dinastia a parte da monarquia norueguesa, quando o rei Haraldr hárfagri, no processo de unificação da Noruega, não inclui o norte do território, sendo essa parte comandada pelas lideranças guerreiras de Lade, região perto da atual Trøndelag, (GRAHAM-CAMPBELL, 1997, p.42), ainda que tivessem permanecido em constante contato de alianças com os reis noruegueses. Na saga, Óláf Tryggvason se indis põe com o pai de Eirík Hakonnarson, Hákon Sigurðarson, que por sua vez havia tomado posse da Noruega na ausência do rei.

principalmente quando o autor se detém as diferenciações de espaço e lugar. A guerra produz uma miríade de espaços em sua prática, sendo os barcos instrumentos para essa produção, bem como partes essenciais dessas produções.

Apesar de dispormos a *Óláfs saga Tryggvasonar* como nossa fonte principal, os relatos da batalha de Svöld e da vida do rei Óláf Tryggvason são encontrados em várias fontes escandinavas. Podemos citar algumas como exemplo: a *Historia Norwegiæ* e a *Historia de Antiquitate Regum*, são fontes latinas que contém ao menos partes ou menções em seu corpo textual sobre esse conflito. A *Ágrip af Nóregskonungasögum* apresenta um trecho extenso, dado a sua natureza sinóptica e de relato breve, sobre a batalha, criando um enredo próprio que informa ao leitor as razões dessa batalha. Entre as diversas sagas do *Flateyjarbók* há uma narrativa pequena sobre o rei Óláf Tryggvason, no *Fagrskinna*, encontramos trechos extensos e um contexto melhor elaborado, além de uma carga poética mais forte, além de uma outra versão da mesma saga, com escrita atribuída a Oddr Snorrason.

## FIORDES, LAGOS E MARES: NAVEGANDO PELA ESCANDINÁVIA

Podemos considerar como Escandinávia principalmente as três regiões de onde saíram às colonizações e assentamentos posteriores<sup>10</sup>, sendo assim Noruega, Suécia e Dinamarca, logo podemos ter uma noção pela qual esses indivíduos tinham tanto apreço pelas suas embarcações.

A Noruega é entrecortada por estreitos fiordes que se estendem adentrando vários quilômetros entre montanhas íngremes. Possui uma quantidade elevada de ilhas próximas à costa, além do terreno montanhoso que sempre dificultou a viagem por terra e através de séculos de ocupação o mar era o meio mais viável para a comunicação entre os

---

<sup>10</sup> Podemos citar alguns aqui: Novgorod (862), Kiev (860), Northumbria (867), parte da Ânglia (869), Islândia (870), Caithness (890), Groelândia (986), Vinlândia (região de New Foundland, norte do Canadá, por volta do ano 1000), GRIFFITH, 1995, p. 15.

diversos distritos noruegueses. A Suécia possui extensos bosques e planícies, além de áreas de superfície montanhosa, onde encontramos, por exemplo, uma cordilheira que faz fronteira com a Noruega. Porém, essa região também é cortada por um largo número de lagos e rios, além de ilhas que desempenharam importante papel econômico nesse contexto, como é o caso da ilha de Gôtland, um importante centro de extração de metais, além de ter sido um movimentado entreposto comercial. A atual paisagem natural da Dinamarca foi severamente modificada, mas no recorte temporal a que propomos os nossos estudos, situado na Idade Média, encontravam-se aqui um grande número de pântanos, prados e marismas que rodeavam seus lagos e rios, os quais foram encobertos, dragados e enxutos nos últimos duzentos anos<sup>11</sup>.

A Geografia tem feito a construção de navios e da navegação serem essenciais para os escandinavos durante a história. Numa paisagem onde o meio fluvial ofereceu linhas de comunicação prontas muito mais que o interior, botes e navios foram ferramentas essenciais para a sobrevivência e desenvolvimento social. Foi a presença da água – os vários estreitos e fiordes, além do pronto acesso da costa para quase que todo lugar – aquilo que distinguiu à Dinamarca do continente e a fez como parte da Escandinávia. A formação dos Estados dependia de navios e somente com navios algum grau de controle poderia ser exercido sobre os povoados, os trechos costeiros da Noruega e Suécia, e sobre a arquipelágica Dinamarca (BILL, 2008, p.170)<sup>12</sup>.

Desde cedo os povos escandinavos detiveram<sup>13</sup> uma relação muito curiosa com os meios aquáticos que vai interferir na produção de seus instrumentos de navegação<sup>14</sup>. Há

---

<sup>11</sup> Essas impressões sobre as formações geológicas e paisagens naturais da Escandinávia, foram feitas em cima dos estudos arqueológicos de James Graham-Campbell, em GRAHAM-CAMPBELL, 1997.

<sup>12</sup> Geography has made shipbuilding and seafaring essential for the Scandinavians throughout history. In a landscape where the waterway offered much more ready communication lines than most of the inland, boats and ships were fundamental tools for survival and societal development. It was the presence of water – the many straits and fjords, and the ready access to the coast almost everywhere – that distinguished Denmark from the Continent and made it part of Scandinavia. State formation was dependent on ships, as only with ships some degree of control could be exercised over the populated, coastal stretches of Norway and Sweden, and over the archipelagic Denmark.

<sup>13</sup> E ainda detém, é interessante lembrar como parte da economia dessas regiões ainda hoje se faz pela pesca do bacalhau e de outros pescados, grande parte do transporte quando não é feito por trens, recai sobre o sistema de transporte fluviário escandinavo.

uma extensa produção de imagens de barcos em petróglifos pré-históricos e antigos na Escandinávia, o pesquisador Johnni Langer (2003, p.48)<sup>15</sup>, por exemplo, analisou os petróglifos de Bakkehaugen onde pode ser visto “além de humanos portando machados e escudos, percebemos outras figuras muito recorrentes: barcos do mais variados aspectos [...] Uma antecipação do famoso *drakkar* dos Vikings em muitos séculos” (LANGER, 2003, p.44) e T-248 onde encontramos “diversas embarcações com popas de motivos serpentiformes, algumas inclusive com chifres na cabeça, cercam dois gigantes, com o primeiro portando lança e machado” (LANGER, 2003, p.45)<sup>16</sup>.

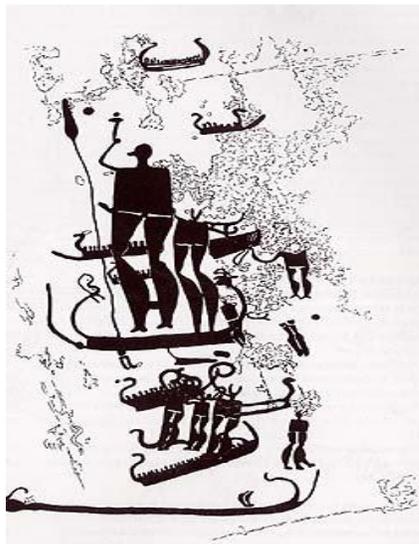


<sup>14</sup> Além desse aspecto geográfico, há outro aspecto de natureza histórica muito interessante, que é a distância com o mundo romano e, mais tarde, franco: os barcos começam a tomar parte no meio sócio-cultural como símbolo religioso tanto como símbolo secular. Jan Bill afirma que o seu significado simbólico leva, naturalmente, a um refinamento em sua construção, que por sua vez reflete o prestígio de seu dono (BILL, 2001, p. 182 e 183).

<sup>15</sup> Johnni Langer faz uma série de análises sobre material imagético de um extenso período pré-viking, na primeira parte de seu estudo sobre o “Mito do Dragão na Escandinávia”).

<sup>16</sup> *Drakkar* é um nome latinizado, e geralmente mais difundido, referente aos barcos escandinavos medievais, principalmente aqueles relativos ao ato guerreiro da Era Viking.

Petróglifo de Bakkehaugen, encontrado em Skebjerg, Noruega<sup>17</sup>



Petróglifo T – 248, encontrado em Kalleby, Suécia<sup>18</sup>

Em um contexto mais avançado, já em pleno medievo, as embarcações escandinavas podiam navegar em mar aberto, ao mesmo tempo em que deslizam pelos rios e lagos sem o perigo de ficarem atolados, diferente dos pesados cargueiros francos e saxões. Em 825 os indícios arqueológicos indicam que os navios ganharam velas<sup>19</sup>, que ajudam na navegação (antes feita inteiramente por remos), o casco é reforçado por fora e apresenta um formato delgado, além de serem flexíveis, leves e fortes. Os construtores

<sup>17</sup> Imagem retirada do site <http://www.ludvigsen.hiof.no/webdoc/helleristninger/bakkehaugen-III-I.jpg>

<sup>18</sup> Imagem retirada do site [http://www.euopreart.net/images/bohus021\\_04.jpg](http://www.euopreart.net/images/bohus021_04.jpg)

<sup>19</sup> Os dados arqueológicos que indicam essa afirmação são os achados do navio funerário de Oseberg e Gokstad achados no Vestfold, Noruega, 1904 e 1880, respectivamente (ROESDAHL, 1998, p.83). Outros achados de maior expressão para o estudo de barcos escandinavos na Idade Média estão situados em Hedeby (Jutlândia) e Roskilde (Dinamarca, aonde se encontram, também, os achados das embarcações Skuldelev). Existem outros achados menos conhecidos, mas muito importantes, como o de Klåstad, Noruega, o qual recebe a datação mais antiga (990) para um tipo específico de bote grande, com remos especializados em manobras litorâneas chamado *meginhúfr*, espécimes que podem ser achados também na Åskekärr, no oeste da Suécia.

provavelmente usavam a madeira em um formato próximo do formato desejado para a embarcação (ROESDAHL, 1998 p.84). Se não levamos em conta um grande número de botes e de barcos pequenos, podemos colocá-los basicamente em dois grupos, aqueles que têm suas estruturas pensadas para a função de cargueiros e aquelas voltadas para as atividades guerreiras<sup>20</sup>, ainda que não haja uma rígida homogeneidade em relação as suas formas ou tamanhos.

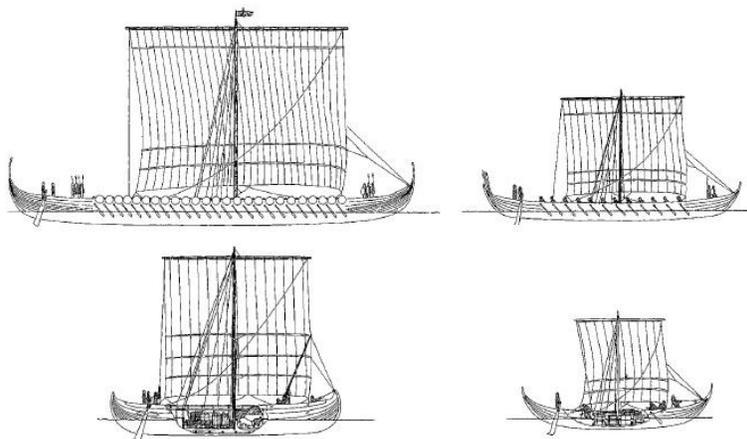
O *Knarr*, tipo de embarcação que recai sobre a primeira categoria, é um tipo de barco mais largo e fundo, utilizado pelos colonos durante as navegações do atlântico norte, quando colonizaram a Islândia e Groelândia, tanto pela sua capacidade de carga, quanto pela sua estabilidade em mar aberto. É uma embarcação que necessita de menos pessoas para manobrá-lo, contém pouco espaço para os remos e possuía uma vela quadrangular fixa. Esse cargueiro também era, essencialmente, utilizado para fins comerciais. Os tamanhos variam, o Hedeby 3, por exemplo tem um comprimento de 25m e capacidade de carga de 60t (BILL, 2008, p.176).

Os navios pensados para a guerra, *Langskip*, no entanto são bem diferentes. Mais alongados e delgados que aqueles falados acima, era um navio que não poderia enfrentar o mar aberto do Atlântico norte (no caso, a colonização da Groelândia e Vinlândia não seriam possíveis com essa embarcação, pois devido as suas dimensões, ele seria destroçado pelas ondas), segundo LANGER, 2009, p. 177, eles alcançavam uma média da velocidade de 8 a 10 nós, 18km/h e podia ser impulsionado tanto pela sua vela, quanto por remo. O Hedeby I, próximo ao fim da Era Viking (datado de 985), possui 30,9m, espaço para sessenta remos, tinha 2,6m do mastro para os flancos (5,20m de diâmetro na parte mais larga, que era o centro) e altura de 1,5m do convés as laterais, deixando os

---

<sup>20</sup> Para uma discussão baseada em cultura material sobre as categorias de botes e embarcações pequenas, consultar ROESDAHL, 1998, GRAHAM-CAMPBELL, 1997 e LANGER, 2009.

ocupantes próximos à água<sup>21</sup>. Outro exemplo é o Roskilde VI, aonde apenas a quilha mede 36m e comporta setenta remos. Abaixo algumas ilustrações que melhor exemplifiquem algumas dimensões e proporções a que prestamos esclarecer:

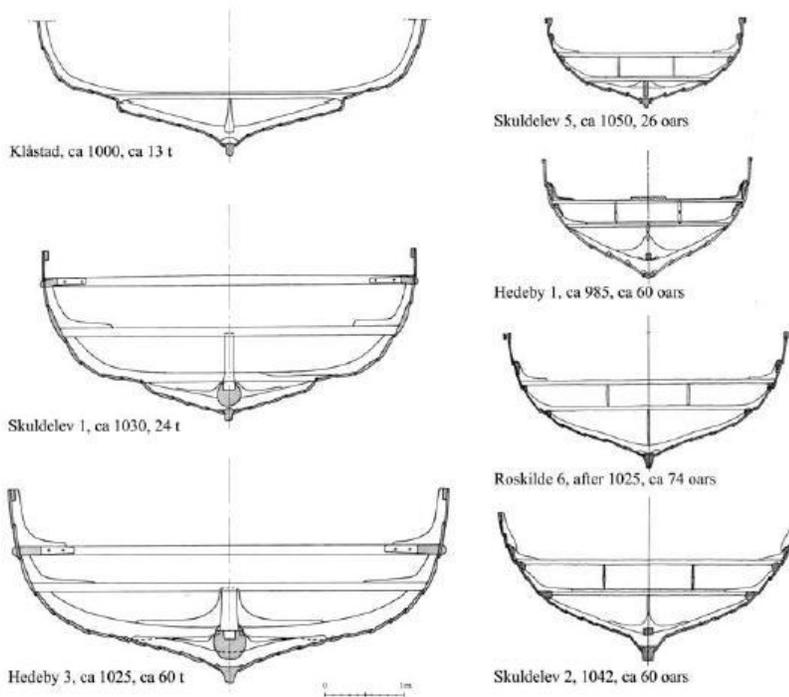


Desenho dos barcos encontrados na região de Skuldelev, norte da Dinamarca. Os dois exemplares de cima (Skuldelev II e V), são embarcações de guerra, enquanto os de baixo (Skuldelev I e III) são próprios para a atividade cargueira<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Essa era, provavelmente, uma embarcação voltada para as navegações costeiras, principalmente no mar Báltico.

<sup>22</sup> Imagem retirada de ROESDAHL; SØRENSEN, 2008, p.125. Alterações foram feitas por nós em cima do original.



Exemplos das dimensões da parte centro de cargueiros (Klåstad, Skuldelev I e Hedeby 3) e embarcações guerreiras (Hedeby I, Roskilde 6 e Skuldelev 2). Note que os cargueiros possuem um centro mais volumoso, enquanto as embarcações guerreiras são mais delgadas, comportando um maior número de remos, priorizando a velocidade<sup>23</sup>.

Os barcos escandinavos, próprios para os fiordes e da geografia essencialmente aquática da Escandinava foi onde o rei Óláf Tryggvason conduziu, nas sagas e relatos no geral, boa parte de sua vida, dada em exílio no leste europeu, Inglaterra, Irlanda, etc. Ele vai tomar posse da Noruega apenas cinco anos antes de sua morte, em nenhum momento abandonando a atividade do saque e as expedições guerreiras. Diferente dos seus antecessores é necessário toda uma carreira guerreira feita no saque para garantir riquezas e homens, antes que pudesse partir para uma empreitada na realeza norueguesa:

<sup>23</sup> Desenhos feitos por Werner Karrasch e Morten Gøtche, retirados de BILL, 2008, p.178. Alterações foram feitas por nós em cima do original.

No fim do século nove e começo do século onze, reis escandinavos lideraram saques Vikings, o que seus predecessores do século nove não fizeram. Parece também, que os homens anteriores que lideraram frotas Vikings, não conseguiram reconhecimento como governante em suas terras natais. Roric e Godofredo retornaram à Dinamarca em 855 “na esperança de retomar o poder real, mas sem sucesso”. Eles e muitos outros líderes Vikings de sua época parecem ter sido exilados, se contentando com o que pudessem ganhar na Europa Cristã ou na Rússia. Óláf Tryggvason e Óláf Haraldsson foram afortunados, ambos se tornaram reis da Noruega após carreira de saqueadores Vikings no exterior (SAWYER, 1984, p.145)<sup>24</sup>.

São atividades feitas rapidamente nas costas da Europa, atacando alvos vulneráveis, retirando-se rapidamente antes que alguma dificuldade possa se levantar contra essa ação. Forças que podem penetrar fundo no território atacado, tendo em vista o fato de ter uma quilha pouco alta, coordenando ataques com forças terrestres, como ocorreu no cerco a Paris de 885 à 887. Inclusive, em certas situações como o ataque a Exeter em 876, os escandinavos levaram a bordo os mantimentos e equipamentos daqueles que movimentaram por terra. Os saques são de pequena escala no começo, não se limitando ao mar Báltico, ele ataca a Frísia, Scania, Saxônia e mais tarde avança pelo território francês e inglês, inclusive cooperando com Sveinn Tjúguskegg. É curioso perceber como várias etapas da vida desse rei são descrita nas sagas em sintonia com o mar, tendo desviado o curso de sua vida quando criança, adentrado a uma vida guerreira independente e caído em batalha no mar gelado do Báltico, tão familiar aos barcos dos quais passou boa parte de sua vida.

A construção de uma paisagem gelada e dos fiordes começa a ser identificada em torno dessas embarcações, sempre associada a uma atividade guerreira. Uma paisagem que se desloca junto com os seus ocupantes, impressas nas dimensões e formatos de seus

---

<sup>24</sup> In the late tenth and eleventh centuries Scandinavian kings led Viking raids, their ninth-century predecessors did not. It also appears that the men who did lead early Viking fleets were unable to gain recognition as rulers in their homelands. Roric and Godfred returned to Denmark in 855 ‘in the hope of gaining royal power but without success’. They, and most other Viking leaders at that time, appear to have been exiles who had to be content with what they could win in Christian Europe or in Russia. Olaf Tryggvason and Olaf Haraldsson were more fortunate, and both became kings of Norway after careers as Viking raiders overseas.

barcos, esses que serpenteiam cortando as ondas e mostrando suas carrancas no horizonte. O conflito é levado junto com essa construção, produzindo uma paisagem de terror que vem do norte. Característica marcante desses barcos são as carrancas colocadas na proa, conferindo-lhes um aspecto bélico enquanto deslizam pelas ondas de diversos mares da Europa<sup>25</sup>. A natureza do norte, do gelo e dos rios é uma força que modifica as embarcações (ainda que a vela tenha sido adquirida como parte das experiências comerciais que proporcionaram um contato com as embarcações da Europa ocidental) e as dispõe entre projetos de deslocamento, comércio e guerreiras. Uma idéia que certamente evoca uma experimentação dos fiordes e daquelas terras penetradas pelos meios aquáticos.

Pode-se traçar um paralelo com “Paisagem e Memória” de Simon Schama (SCHAMA, 1995), quando nossas impressões e experimentações são parte da paisagem desenhada ou concebida culturalmente: o navio remete ao fiorde; é a paisagem que se desloca lembrando de onde vêm as ações bélicas, seja na guerra ou nos saques vikings. O homem pode produzir um olhar sobre a natureza destituído de quaisquer das “velhas criaturas da cultura”? As embarcações que partem dos fiordes e do espaço geográfico escandinavo de uma maneira geral são produtos da anexação cultural sobre a natureza. Adentrando ao sagrado, aonde esse autor acredita ser o propósito de sua obra “recuperar os veios de mito e memória existentes sobre a superfície” (SCHAMA, 1995, p.25)<sup>26</sup>. O sagrado ligado às embarcações escandinavas são as inumações funerárias, nas quais as

---

<sup>25</sup> A palavra aqui é Ormr, que significa tanto dragão, quanto serpente.

<sup>26</sup> O autor escreve rapidamente sobre a mitologia nórdica, falando da adoração da árvore, a Yggdrasil, a árvore gigante que suporta os vários mundos e aonde o deus Odin ficou pendurado por nove dias afim de conseguir poder e sabedoria. Outra proposta interessante da relação entre paisagem e o sagrado entre os escandinavos, encontra-se nos Landvaettir, os espíritos da natureza que protegem a Islândia e que fazem parte das práticas religiosas e rituais mágicos daquela região. Na *Óláfs saga Tryggvasonar*, o rei Haraldr da Dinamarca tenta invadir a ilha por meios mágicos e eis que surgem quatro guardiões, seres ligados a natureza, para impedir a sua invasão.

peças são enterradas junto a navios com tesouros e pertences pessoais ou em tumbas com o formato de navios:

Arqueólogos têm achado sepulturas no formato de navios – o contorno do bote delineado com largas pedras para formar uma estrutura para a sepultura – na Escandinávia do começo da Era do Ferro (cerca de 500 d.C.). Mas restos navios queimados e enterrados são achados na Escandinávia por volta do século sétimo – ou seja, pouco antes da Era Viking – culminando nos magníficos achados tais quais os navios de Gokstad e Oseberg na Noruega, os quais contêm corpos e tesouros. Esses navios foram preservados pela argila na qual eles foram enterrados (O'DONOGHUE, 2007, p.68)<sup>27</sup>.

É relevante frisarmos alguns aspectos conceituais de cunho mítico-religioso que acompanham as narrativas acerca dos Skjöldungos e Ynglingos, dinastias das realezas dinamarquesas e norueguesas, respectivamente, na sua ligação direta com os seus deuses fundantes, Njörðr e Freyr, divindades ligadas ao mar e a fertilidade, possuidores do barco mítico Skíðblaðnir. Como coloca o pesquisador Marcus Gerds (2006, p. 157) “o culto à fertilidade e o culto à morte são intimamente ligados [...] devemos apenas pensar o despertar da natureza na primavera após o inverno no contexto do culto à fertilidade<sup>28</sup>”.

## NAVEGANDO NUM HORIZONTE LISO E ESTRIADO

Até conseguir o trono da Noruega, os relatos sobre a vida Ólaf Tryggvason são extensos, na saga em que estamos nos referenciando, ele sempre está alternando entre certo nomadismo e um sedentarismo: sua vida começa com a fuga para a corte de Hákon, o Velho, na Suécia, pois sua mãe, temendo represálias do usurpador Haraldr gráfeldr, foge

---

<sup>27</sup> Archaeologists have found graves in the shape of ships – the outline of a boat picked out in large stones to form a frame for a grave – from the beginning of the Iron Age (about 500BC) in Scandinavia. But the remains of burnt and buried ships are found in Scandinavia from about the seventh century AD – that is, from just before the Viking age – culminating in the magnificent finds such as the ships from Gokstad and Oseberg in Norway, which contained bodies, and treasure. These ships were preserved by the clay in which they were buried.

<sup>28</sup> Fertility cult and death cult were intimately united. It reminds us of the cultic scenes and processions on the Oseberg tapestry, or we need only think about the reawakening of nature in spring after winter in the context of fertility cult.

com seu filho e um seleto corpo de funcionários de confiança. Após dois anos, eles vão ao encontro de Sigurðr (tio de Ólaf) em Garðariki (região próxima a Novgorod, na Rússia), na corte do rei Valdamar. No mar Báltico, entretanto, eles são capturados por bandidos da Estônia e separados. Ólaf cresce em uma fazenda na Estônia, até que o seu tio lhe reconhece e o leva embora para ficar sob a proteção da rainha Állógía de Garðariki. Quando se torna adulto, ele prefere sair dessa região e se entrega a atividades vikings, saqueando Borgundarholm. Suas atividades vikings cessam quando ele se casa com uma mulher chamada Geira e herda Wendland do rei Búrizsláf, saqueando as pessoas que se encontram nessa região, mas que se recusam a lhe pagar taxas.

Após poucos anos de casamento, sua esposa falece: “Óláfi þótti þat svá mikill skaði, at hann festi ekki ynði á Vindlandi, síðan; réð hann ser þar til herskipa ok for enn í hernað, herjaði fyrst um Frísland ok þar næst um Saxland ok alt í Flæmingjaland” (*Óláfs saga Tryggvasonar*, 29). Segundo a saga, o mar é uma maneira de aliviar a dor de sua perda, junto a ele o saque viking é a prática encontrada para aproveitar o mar. Até que suas navegações lhe levam as ilhas Scilly<sup>29</sup>, aonde é batizado e depois vem a se casar com Gýða, rainha de Dublin. Se recusando a praticar saques vikings, ele passa a navegar em ações missionárias, convertendo as Órcades e Hébridas, até que se torna, enfim, rei na Noruega, em ocasião da morte do *jarl* Hákon.

Outros famosos vikings entre as narrativas escandinavas são os de Jómsborg, ou Jómsvikings. Citemos três motivos para justificar um rápido comparativo com a vida nômade do rei Ólaf Tryggvason: 1 – Estão relatados na fonte proposta como parte de nossas pesquisas, a *Óláfs saga Tryggvasonar*, 2 – Independente de terem existido ou não (pois são poucas as provas diretas de sua existência), eles impõem uma força naval respeitada na narrativa das sagas nas quais são mencionados, graças seu poderio marítimo e refinamento guerreiro, 3 – Os Jómsvikings agem como a máquina de guerra

---

<sup>29</sup> Pequeno conjunto de ilhotas, perto da Inglaterra

que ataca de forma ágil e agressiva as monarquias e lideranças regionais, mas que se passam a ser controlados pelos reis dinamarqueses e usados em seus empreendimentos guerreiros.

Esses homens fazem parte de um corpo especializado de guerreiros que ingressam nessa força dentro de uma faixa etária, são proibidos de cometer certos excessos e vivem unicamente para a guerra; a saga desses vikings (*Jómsvíkinga saga*) finaliza com a extinção de seu corpo guerreiro e vários de seus líderes na batalha de Hjörungavágr em 986 ou 987 (Würth, 2005, p.162); apesar de sua independência e nomadismo, estão presos a guerra dinamarquesa, pelo rei Sveinn Tjúguskegg.

O barco está envolvido diretamente com a atividade viking e na maneira como ela é encarada. Viking como atividade de saque insere-se de maneira nômade e o barco é o seu instrumento. Instrumento e arma, claro, estando dentro da complexa dinâmica de propulsão que o faz deixar de ser instrumento. Uma arma “metafórica” que desliza pelo espaço estriado, já que o nômade não se movimenta sozinho, mas o barco o faz com ele, instrumento e arma que também lhe confere sua identidade na saga. Tanto Ólaf quanto os Jómsvíkings significam-se perante o nomadismo, ambos o são sem o serem totalmente. Ólaf ocasionalmente pontua uma região para habitar e toma sua frota para ir cobrar taxas ou instaurar a fé cristã. Os Jómsvíkings tem sua base em Jónsborg, e ali concentram seus suprimentos e equipamentos. Ólaf quando não estava casado e não era cristão, detinha-se em esforços de saque viking, invadia terras e tomava o butim com os seus guerreiros. Uma dinâmica parecida acontecia com os Jómsvíkings e dependendo como eles encaram as suas empreitadas, o seu espaço adquire diferentes configurações. Espaço liso ou estriado, nômade ou sedentário? Esses questionamentos recaem sobre a maneira como conduzem seus barcos.

Independente disso ambos morrem como homens da guerra que são, em prestígios e grandes batalhas, mas para as grandes forças sedentárias e : Ólaf Tryggvason

morre na batalha de Svöld para outro norueguês, o *jarl* Eirík, um verdadeiro homem do Estado (no sentido deleuziano) após efêmeros cinco anos de reinado. Se a comparação de Deleuze e Guattari cabem aqui, os Jómsvikings caem de maneira semelhante, em combate com o mesmo líder guerreiro, um líder cujo pai havia tomado o lugar do antigo rei da Noruega e acabado com a sucessão da dinastia Ynglinga.

O espaço liso é um espaço sem marcas, um espaço sem canais, um espaço heterogêneo pela sua natureza ausente de relações. O espaço estriado é homogêneo, um espaço das relações, marcado por elementos culturais e humanizados:

As oposições “liso-estriado” nos remete a complicações, alternâncias e superposições muito mais difíceis. Mas essas complicações só fazem confirmar a distinção, justamente porque colocam em jogo movimentos dissimétricos [...] Em suma, o que distingue as viagens não é a qualidade objetiva dos lugares, nem a quantidade mensurável do movimento – nem algo que estaria unicamente no espírito – mas o modo de espacialização, a maneira de estar no espaço, de ser no espaço<sup>30</sup> (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.189 – 190).

Óláf Tryggvason começa a delinear um estriamento no espaço marítimo guerreiro (ainda que o mar seja um espaço liso por excelência), quando instaura o cristianismo pela Escandinávia, começa a pontuar novos espaços e fazê-los adentrar ao cristianismo pelo diálogo e pela força, o barco aqui é mais instrumento que arma e o espaço, não se situa de maneira lisa como é o que pertence ao espaço marítimo viking, em oposição a esse espaço marítimo missionário. Essa forma de instrumento é encarada nas conversões, suas ações propriamente guerreiras acontecem em terra e são raras. Manobrar o barco para o saque viking é fazê-lo em um espaço liso por excelência, estriando na medida em que ocorrem os saques ou na medida em que se navega por cabotagem. Os Jómsvikings quando seguem para a batalha e não para o saque viking, seguem por um espaço estriado, ainda que seja, muitas vezes, o mesmo mar, eles têm objetivos certos, uma batalha determinada e inimigos marcados.

---

<sup>30</sup> Grifos nossos.

Em oposição a esse Estado, a máquina de guerra que são os espaços marítimos guerreiros voltado para as expedições vikings, essas que transformam o barco em arma. É o impulso que navega por um espaço liso que se ocupa a saquear quando as oportunidades e os riscos convêm, sintetizando a ação de partir como um viking:

Pequeno grupo armado que se desloca para regiões distantes da sua comunidade de origem, utilizando basicamente técnicas de pirataria com ação rápida, fulminante e precisa, com propósitos predatórios. Também podem ser expedições punitivas ou com objetivos políticos (LANGER, 2009 p.181).

Entretanto o ato viking não era feito sem algum conhecimento prévio dos locais a serem atacados, é uma ação possibilitada pela larga experiência comercial que os escandinavos tiveram com a Europa. Primeiro que tais experiências possibilitaram um conhecimento sobre as embarcações da Europa ocidental, levando-os a adotar as velas em suas próprias embarcações. Segundo que, as práticas comerciais os levaram a tomar conhecimento das riquezas que os territórios visitados possuíam, quais as suas práticas cotidianas, atividades e problemas políticos, além da própria estrutura física dos locais que seriam saqueados, vantagens e se os riscos compensariam a empreitada. Apesar de fazermos uma breve diferenciação entre o espaço guerreiros (esse que percebemos diferenciado entre “campanha” e “viking”) e a prática comercial, esses não podem existir em total separação, são práticas que coexistem no uso das embarcações e que fazem parte da vida dos povos escandinavos. No fim do século VII, houve um aumento nas trocas comerciais entre o continente e a Inglaterra o que acarreta no desenvolvimento de diversos centros comerciais: Dorestad no Reno, Quentovic perto de Bolonha, Hamwic, Fordwich, Londres, Ipswich e York, esses últimos na Inglaterra. “A Escandinávia e as terras ao redor do Báltico logo foram afetadas por esse desenvolvimento, pela produção naquela região, particularmente suas peles eram bem valorizadas na Europa ocidental” (SAWYER,

2001, p. 4)<sup>31</sup>. Do comércio ao saque e vice-versa era apenas uma mudança, inclusive de atitude perante o próprio barco, retirava a carranca outrora colocada na proa, que dava o aspecto bélico dessas verdadeiras serpentes.

Independente das construções feitas na saga, o fato é que ele foi um poderoso líder guerreiro que desempenhou um papel fundamental na formação do reino da Noruega, seus efêmeros cinco anos a frente da conquista dos territórios noruegueses só foram possíveis pela sua longa carreira viking, que lhe proporcionou ganhos materiais o suficiente para possibilitar sua expansão a partir da região de Viken, região onde possuía parentes que lhe pudessem oferecer apoio, bem como antigo domínio de seu pai (e não em Trøndelag, como aponta nossa fonte):

A troca de presentes foi um fator político e econômico importante na Era Viking e além, e ambas a generosidade da realeza e os objetos valiosos que eram presenteados, foram celebrados na poesia escáldica. A riqueza adquirida das expedições Vikings tornou possível para os seus líderes, atrair mais homens para o seu comando, que anteriormente, os quais podiam ser usados para ganhar mais riquezas. (BAGGE, 2010, p.35)<sup>32</sup>

## CONCLUSÃO

Para Michel de Certeau (CERTEAU, 1994), há uma diferença nítida entre espaço e lugar. Lugar pode ser entendido como uma configuração instantânea de posições – ordenado e estável, pois ele é a mera posição na qual as coisas se distribuem nas relações de coexistência. O espaço é uma animação de móveis, onde se levam em conta vetores de direção, quantidade de velocidade e tempo. O espaço é uma percepção, podendo ser comparado dentro de uma relação “espaço x lugar” como a palavra quando falada:

---

<sup>31</sup> Scandinavia and the land round the Baltic were soon affected by this development, for the produce of that region, particularly its furs, was highly prized in western Europe.

<sup>32</sup> Gift exchange was an important political and economic factor in the Viking age and beyond, and both Royal generosity and the valuable objects that were given are celebrated in the skaldic poetry. The wealth from the Viking expeditions made it possible for chieftains to attach more men to their service than earlier, who could then be used to gain further wealth.

“percebida na ambigüidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a proximidades sucessivas” (CERTEAU, 1994, p. 202). Diferente do lugar, o espaço não apresenta estabilidade tendo em vista sua natureza que não comporta um caráter unívoco.

Dentro da operação de transformações de lugar em espaço (e também o inverso), nos resta compreender que o espaço é um lugar praticado, é a transformação feita pela experimentação. Nossa idéia é que as práticas guerreiras também sejam uma prática do espaço quando os guerreiros são apontados nas narrativas medievais como parte de um evento maior, aonde eles recebem nomes e são inseridos dentro de um contexto bélico próprio.

Na *Óláfs saga Tryggvasonar*, os guerreiros são apontados, adquirindo na escrita da narrativa e na Longa Serpente um espaço próprio: Ulf, o vermelho; Kolbjorn; Thostein Uxafot; Vikar de Tiundaland; Vak Raumason de Gaut; Berse, o Forte; Skyte de Jamtaland; Thrand, o Forte de Thelamork e o seu irmão Uthyrmer; Thrand Skjalge e Ogmund Sande, os homens de Halogaland; Hlodver Lange, de Saltvik, e Harek Hvasse; Ketil, o Alto, Thorfin Eisle, Havard e seus irmãos de Orkadal, homens de þranðheimr; Bjorn de Studla, Bork dos Fiordes, etc. Os nomes sendo sempre ligados a epítetos que qualificam o guerreiro ou o ligam a sua procedência, até que por fim a narrativa exponha: “e muitos outros homens, muito valorosos, estavam na Serpente, os quais não podemos nomea-los” (*Óláfs saga Tryggvasonar*, 94)<sup>33</sup>. Os eventos bélicos, principalmente marítimos, são forças praticantes de espaço por excelência nas narrativas medievais escandinavas. Os navios longos, esses que são próprios para a batalha carregam homens para batalhas que levam em seu nome, os espaços onde as fontes apontam como palcos dos acontecimentos dessa natureza são definidos e acabam por compreender todo o evento em si, se tornando um espaço.

---

<sup>33</sup> ok margir aðrir menn, mjök ágætir, váru á Orminum, þótt vér kunnim eigi nefna

Svöld é um espaço, enquanto caracterizado como uma batalha, enquanto torna os homens que ali se encontram em demarcações de um espaço próprio e guerreiro, a narrativa forma espaços quando apontam tais homens:

Nessa organização, o relato tem papel decisivo. Sem dúvida, “descreve”. Mas “toda descrição é mais que uma fixação”, “é um ato culturalmente criador”. Ela tem até poder distributivo e força performativa (ela realiza o que diz) quando se tem um certo conjunto de circunstâncias. Ela é então fundadora de espaços (CERTEAU, 1994, p.209).

As embarcações também são espaços, na medida em que se tornam propriamente identificadas na narrativa, em que identificam os guerreiros que se encontram nelas ou quando são forças atuantes nos relatos. O que pretendemos é mostrar que os navios escandinavos da Era Viking estão inseridos como parte importante da construção dos espaços. Espaços guerreiros que identificam propriamente as pessoas que os utilizam, e que também tem um papel importante na organização dos conflitos guerreiros.

Além de estarem ligados a uma engenharia náutica que não pode se esquivar das necessidades geográficas daqueles que as construíram, as embarcações são instrumentos que agem no estriamento do espaço liso, que se fazem como espaços em operações diferentes, dependendo do seu uso, voltado para o saque viking (e as campanhas guerreiras) ou o comércio (que acabam por estriar o espaço liso de maneira diferente).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES PRIMÁRIAS

Anônimo. *Óláfs saga Tryggvassonar*. Transcrição do texto original por Finnur Jónsson. In: *Heimskringla*. København: G.E.C. Gads Forlag, 1911.

STURLUSON, Snorri. *Óláfs saga Tryggvassonar*. Tradução ao inglês por Lee M. Hollander. The Saga of Olaf Tryggvason. In: *Heimskringla, History of The Kings of Norway*. Austin: University of Texas Press, 2007.



## BIBLIOGRAFIA

BAGGE, Sverre. *From Viking Stronghold to Christian Kingdom – state formation in Norway, c.900 – 1350*. Copenhagen: Museum Trusculanum Press, 2010.

BILL, Jan. Ships and Seamanship. In: SAWYER, Peter (org.). *The Oxford Illustrated History of the Vikings*. Nova York: Oxford University Press, 2001, p.182 – 201.

\_\_\_\_\_. Viking Ships and The Sea. In: BRINK, Stefan e PRICE, Neil (org.) *The Viking World*. Nova York: Routledge, 2008, p. 170 – 180.

BOULHOSA, Patrícia Pires. *Icelanders and The Kings of Norway*. Leiden: Brill, 2005a

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. vol. I*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORBIN, Alain. *O Território do Vazio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 1997.

GERDS, Marcus. Scandinavian Burial Rites on The Southern Baltic Coast: boat-graves in cemeteries of early medieval trading places. In: ANDRÉN, Anders; JENNBERT, Kristina; RAUDVERE, Catharina. *Old Norse Religion in Long-Term Perspectives: origins, changes, and interactions*. Copenhagen: Nordic Academic Press, 2006, p. 153 – 158.

GRAHAM-CAMPBELL, James. *Os Viquingues: Origens da Cultura Escandinava, Vol. I e II*. Madrid: Del Prado, 1997.

JAKOBSSON, Ármann. Royal Biography. In: MCTURK, Rory (org.). *A Companion to Old Norse-Icelandic Literature and Culture*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005, p. 388 – 402.

LANGER, Johnni. O Mito Do Dragão na Escandinávia – primeira parte: período pré-viking. *Brathair*, v. 3, n. 1, p. 42 – 64, 2003. Disponível em [http://www.brathair.com/revista/numeros/03.01.2003/mito\\_dragao.pdf](http://www.brathair.com/revista/numeros/03.01.2003/mito_dragao.pdf). Acesso em 20 de dezembro de 2011.



\_\_\_\_\_. *Deuses, Monstros e Heróis: ensaios de mitologia e religião viking*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009.

SAWYER, Peter. The Age of the Vikings, and Before. In: SAWYER, Peter (org.). *The Oxford Illustrated History of the Vikings*. Nova York: Oxford University Press, 2001, p. 1 – 18.

O'DONOGUE, Heather. *From Asgard to Valhalla*. Londres: I.B. Tauris, 2007.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SPRAGUE, Martina. *Norse Warfare: unconventional battle strategies of the ancient Vikings*. Nova York: Hippocrene Books, 2007.

ROESDAHL, Else. *The Vikings*. Londres: Penguin Books, 1998.

WHALEY, Diana. *Heimskringla: An Introduction*. Londres: University College London, 1991.

WÜRTH, Stefanie. Historiography and Pseudo-history. In: MCTURK, Rory (org.). *A Companion to Old Norse-Icelandic Literature and Culture*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005, p. 155 – 172.



## Dossiê

# ISLÂNDIA NO ANO 1000 d.C.: UMA ANÁLISE SEGUNDO O ISLENDIGABÓK

Renato Marra Moreira<sup>34</sup>

### RESUMO

O documento *Islendigabók* traz em seu capítulo sobre o assentamento da Islândia como Ingólfr sendo o primeiro norueguês a se mudar. Nos próximos sessenta anos a ilha foi completamente povoada, a ponto do rei da Noruega, Harald FairHair, proibir a migração por medo de seu país ficar deserto. A partir desta proibição o rei Harald inclusive estipulou uma quantia a ser paga por todo norueguês que fizesse a travessia para a Islândia.

A Islândia é um país insular situado no extremo norte do continente europeu. Sua ocupação pelo povo escandinavo se iniciou a partir do ano 870 d. C.. Porém eles não foram os primeiros a habitar este local. De acordo com o documento histórico *Islendigabók*<sup>35</sup>, cristãos provenientes provavelmente da Irlanda a abandonaram na mesma

---

<sup>34</sup> Renato Marra Moreira. Graduando do curso de História da Universidade Federal de Goiás. Orientador (a): Dra. Armênia Maria de Souza - ISLÂNDIA NO ANO 1000 d.C.: UMA ANÁLISE SEGUNDO O ISLENDIGABÓK. Membro do NEVE, Núcleo de Estudos Vikings e Escandinavos ([www.nevevikings.tk](http://www.nevevikings.tk))

E-mail: [renatomoreira73@yahoo.com.br](mailto:renatomoreira73@yahoo.com.br).

<sup>35</sup> Grønlie, Siân. *Islendigabók. Kristni Saga: The book of the Icelanders. The story of the conversion. Volume XVIII*. Viking Society for Northern Research, Univesity College London. Short Run Press Limited. 2006. Disponível em: [http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=1&sqj=2&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.vsnrweb-publications.org.uk%2FText%2520Series%2Fislkr.pdf&rct=j&q=islkr.pdf&ei=PZI3TpKWO4LagAfe7eXTDA&usg=AFQjCNHRvWWh8px-qg8frhr6\\_s20NGcH4Q&cad=rja](http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=1&sqj=2&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.vsnrweb-publications.org.uk%2FText%2520Series%2Fislkr.pdf&rct=j&q=islkr.pdf&ei=PZI3TpKWO4LagAfe7eXTDA&usg=AFQjCNHRvWWh8px-qg8frhr6_s20NGcH4Q&cad=rja). Acesso em: agosto. 2011

época que os escandinavos começaram o assentamento, pois se negavam a conviver com não-cristãos.

O documento *Islendigabók* traz em seu capítulo sobre o assentamento da Islândia como Ingólfr sendo o primeiro norueguês a se mudar. Nos próximos sessenta anos a ilha foi completamente povoada, a ponto do rei da Noruega, Harald FairHair, proibir a migração por medo de seu país ficar deserto. A partir desta proibição o rei Harald inclusive estipulou uma quantia a ser paga por todo norueguês que fizesse a travessia para a Islândia.

Harald Fairhair (850-930 d.C.) unificou pela primeira vez a região que hoje compreende a Noruega. Tornando-se rei por volta de 872, ele formou alianças e impôs tributos a um povo que não estava acostumado com esse tipo de instituição. Acredita-se então que, a partir daí foi que começou o processo de assentamento na Islândia, povoada pelos fugitivos da "tirania" do rei norueguês Harald. Percebe-se então que os assentadores negaram a supremacia de um único rei, preferindo assim a forma de um auto-governo descentralizado, já praticada anteriormente na Noruega. Os colonizadores denominados *goði*<sup>36</sup> (plural *goðar*) se apossaram das terras existentes na Islândia. É

---

<sup>36</sup> "Uma função ao mesmo tempo de chefia nas leis e cultos religiosos" (Miranda, 2010, p. 84); também sobre este assunto: A *goði* (plural *goðar*) was a man who held one of the 36 chieftaincies or *goðorð* (in 965, the number was increased to 39, and in 1005, to 48) in Iceland: there were nine each for the western, southern, and eastern quarters of the country, but the northern quarter had an extra three as it had an additional spring-time assembly. *Goðorð* could be inherited, bought, exchanged, or shared, although any woman who inherited a *goðorð* was required by law to give the position to a man. Originally these chieftaincies were not linked to particular geographical territories, but were instead based on a client-patron relationship with his *þingmenn* "thing men," "followers," with all free men able to choose which *goði* to follow. The followers of different *goðar* might therefore live on neighboring farms. The followers of each *goði* had to accompany him to the local and national assemblies, or pay a tax to help cover the expenses of those who did go to the thing. Within each quarter, its *goðar* were responsible for calling the local springtime and fall assemblies, although the latter might be held for the followers of the individual *goði* rather than as an assembly for all the free men and *goðar* in the quarter. At the Althing, the *goðar* elected the Law-Speaker and constituted the legislative council, revising and making law, and determining punishments for breaches of the law. The free men and the *goðar* provided mutual support in the carrying out of their feuds and in protecting their interests at the local and national assemblies. In the 12th and 13th centuries, these chieftaincies became associated with particular districts

importante destacar que as primeiras famílias que fizeram a travessia seriam as mais ricas, por terem se apossado de um montante de terras maior.

Finalizando a ocupação da Islândia por volta do ano 930 d.C. surgiu o problema das pessoas não terem a quem recorrer para solucionar os litígios comuns da vida social. A falta de um poder regulador de conflitos levou os islandeses a buscarem uma lei que abrangesse toda a ilha. De acordo com o documento trabalhado nesta pesquisa foi um norueguês chamado Ulfljótr quem trouxe as primeiras leis para a Islândia baseada no Gulathing (modelo legislativo norueguês). Porém de acordo com Jesse L. Byock, Ari pode estar tendo sua visão "influenciada pelos seus laços políticos e familiares" (Byock, 1999, pág. 16). Há a possibilidade dessas leis islandesas terem tido influência, mas sua grande maioria teria moldes islandeses.

Esta lei, supostamente baseada no sistema norueguês, foi então aplicada nos Things, uma espécie de assembléia popular coordenadas pelos Godar. Por volta de 965 a Islândia foi dividida em quadrantes para facilitar a delimitação das competências territoriais destas assembléias. Havia então, com esta divisão três Things em cada quadrante, norte-sul-leste-oeste, sendo que havia a exceção do quadrante norte que por questões geográficas precisou da implantação de quatro Things. No quadrante Sul ficava a Thingvöllir, ou planície do Thing, onde acontecia uma vez por ano, após dez semanas do início do verão o Althing, uma assembléia geral islandesa, onde todos compareciam para solucionar problemas mais sérios, ouvir as leis, formar e quebrar alianças e comercializar seus produtos.

---

and were held by fewer and more powerful individuals and families, known as stórgoðar "large goðar." This process resulted in a destructive civil war between rival families and factions. Following Iceland's subjugation to the Norwegian crown in 1262–1264, the goðorð were abolished and replaced by sýsla or counties. HOLMAN, Katherine. *Historical Dictionary of the Vikings*. Oxford: Scarecrow Press, 2003.

Ao ser realizada uma contagem das datas, encontradas na fonte histórica, dos oradores-da-lei (law-speakers) principais do Althing é possível datar aproximadamente a implantação do Althing para o ano de 928.

## **INÍCIO DA CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROCESSO DE CRISTIANIZAÇÃO**

### **ISLANDÊS**

Para entendermos como o cristianismo chegou até a Islândia há a necessidade de compreender o contexto político da época, pois o início da concentração de poder na região da Escandinávia resultou em uma dispersão de uma parcela da população, parcela esta que alcançou a Europa já cristianizada, como por exemplo, a Irlanda, a Inglaterra, o Império Carolíngio.

Outro fator preponderante na movimentação e migração dos escandinavos é a busca por novas terras férteis, já que a acumulação de poder veio junto com a acumulação das poucas que havia na Noruega, Suécia e Dinamarca. Nem todas as expedições vikings foram feitas a título de pilhagem, uma parte destas foram com a finalidade de expansão comercial.

Chefes de clãs que se proclamaram reis como Harald FairHair (890-930 d.C.) na Noruega, Gorm Gamli (8XX-958) na Dinamarca, Erik Sergesäll (945-995) na Suécia, dentre outros sucessores, nos dão uma breve noção de como a realidade social e política estava mudando na Escandinávia Medieval.

Esta efervescência de concentração de poderes na mão de um chefe local (Jarl-chefe político e militar) combinada com os assaltos vikings resultou na formação de uma importante personalidade da história escandinava. Nascido mais ou menos na época da divisão em quadrantes da Islândia (965 d.C.) Olaf Tryggvasson, com o seu sonho de governar sobre uma Escandinávia unificada e cristã, foi o responsável pelo término do

processo de cristianização da Noruega, e início da cristianização da Islândia que é o tema principal desta pesquisa.

Após uma vida de pirataria, Olaf se converteu ao cristianismo depois da perda de sua primeira mulher, Geira. Após saquear das Ilhas Faroé até as Ilhas Hébridas, Olaf aportou nas Ilhas Scilly, onde ouviu a profecia de um eremita citada no capítulo 31 da Saga de Olaf Tryggvasson, que dizia o seguinte:

"Tu vais se tornar um renomado rei, e realizar atos celebrados. Muitos homens trarás para a fé e o batismo, para teu bem e dos outros. E para que não tenha nenhuma dúvida da verdade desta profecia, ouça estes sinais. Quando fores para o teu navio, uma batalha se seguirá na qual muitos dos teus homens cairão, e tu serás ferido quase mortalmente, e carregado sobre um escudo para teu navio; e depois de sete dias tu estarás curado de tuas feridas, e imediatamente deve-te deixar ser batizado." (Laing, 1844, tradução nossa)

Segundo Snorri Sturlusson (escritor do *Heimskringla* - Sagas de reis da Noruega) após este encontro tudo que o eremita havia dito tornou-se realidade. Mas estudando a vida do bispo que batizou Olaf há que se destrinchar o mito da realidade. De acordo com a *New World Encyclopedia* sobre a vida do bispo "Ælfheah" acredita-se que o batismo de Olaf foi um acordo para que ele parasse de saquear a Inglaterra, no qual foi pago para isto.

Nesta mesma época na Noruega o rei Haakon Sigurdson estava se tornando muito impopular por causa de sua tendência libidinosa, ele seduzia as filhas dos nobres noruegueses para serem suas concubinas e as devolvia algumas semanas depois. Querendo derrubar Haakon, os chefes locais resolveram atrair Olaf da Inglaterra para tomar o posto daquele.

Assim que abarcou na região oeste da Noruega Olaf logo conseguiu eliminar seu antecessor. De acordo com Snorri Sturlurson, em sua obra *Heimskringla*, um thrall (servo) eliminou Haakon em troca da recompensa que Olaf ofereceu. A recompensa não foi dada e o servo de Haakon, Kark, também perdeu sua cabeça.

Na região que hoje em dia conhecemos por Trondheim foi onde o rei Olaf estabeleceu seu trono no ano 995. Mas seu desejo por uma Escandinávia unificada e cristã o fez viajar por toda a Noruega trazendo os seus conterrâneos para a fé, assim como rezava a lenda do eremita.

O plano aplicado por Olaf de acabar com a religião ancestral em favor da cristianização não foi bem sucedido na região da Noruega, pois a forma como este foi perpetrado incluiu violência e a população foi apenas batizada e cristianizada, e não convertida à fé cristã, resultando numa posterior volta às práticas pré-cristãs. André Vauchez traz uma interessante diferenciação entre estes dois termos:

“Para que se possa falar de vida espiritual, é preciso que haja previamente não apenas uma adesão formal a um corpo de doutrinas, mas também uma impregnação dos indivíduos e das sociedades pelas crenças religiosas que eles professam, o que só pode se efetuar com o tempo.” (Vauchez, 1995, p. 11)

O autor Ruy de Oliveira Andrade Filho traz uma noção similar em seu artigo sobre a cristianização dos visigodos:

“Muitas conversões, porém, eram feitas apenas formalmente, incluindo-se aqui todos os segmentos sociais. Mais que uma efetiva ‘conversão’, operava-se no reino uma ‘cristianização’, ou seja: criavam-se mais cristãos no nome do que cristãos de verdadeiras convicções” (Andrade, 2005, p. 94)

Várias fontes como Birgit e Peter Sawyer (Sawyer and Sawyer, 1993) citam Olaf como o tirano que forçou o cristianismo na Noruega e Islândia. Snorri Sturlurson cita no Heimskringla a crueldade com que foi feita esta cristianização. *“and all the men who were with Raud he either had baptized, or if they refused had them killed or tortured.”*<sup>37</sup> (Laing, 1844, p. 50)

Explicada a ascensão de Olaf no poder e sua política de governo estamos mais próximos do entendimento do por que de suas atitudes.

---

<sup>37</sup> “E todos os homens que estavam com Raud foram ou batizados, ou se recusassem foram mortos ou torturados” (tradução nossa).

Vale notar que o processo de chegada do cristianismo na Islândia não ocorreu apenas no reinado de Olaf, documentos históricos como o *Landnamábok* cita colonizadores que já chegaram cristãos na Islândia. Estes eram minoria e passaram a sofrer represálias quando Olaf subiu ao poder e iniciou as missões no território islandês.

Os documentos *Olaf's Saga Tryggvassonar em mesta e a Kristni Saga* citam um missionário, chamado Stefni, enviado por Olaf no ano 996 para a Islândia, para iniciar a conversão destes. Este missionário com sua conduta destrutiva com relação a templos e imagens, foi o motivo pelo qual foi criado um sistema de leis que permitia levar cristãos que blasfemassem, de forma oral ou por ação, contra os antigos deuses pré-cristãos. No caso de quem destruísse imagens ou dissesse insultos contra a religião ancestral escandinava os seus parentes tinham direito de levá-los em juízo para que sofressem as penas previstas em lei. A historiografia se divide acerca deste evento citado nos documentos supra-citados, por serem obras tendenciosas, mas Bo Almqvist (1974, p. 15) alega que mesmo sendo parciais, a citação da possibilidade de um processo contra cristãos é uma citação histórica que pode ser considerada fidedigna.

Agora partiremos para a análise para a visão de Ari Thorgilsson sobre os eventos da cristianização da Islândia.

Escrito por volta dos anos 1122 a 1133, não se sabe a data exata, o *Islendigabók* é a principal fonte historiográfica que nos chegou acerca do processo de cristianização da Islândia. Esta é considerada uma fonte fidedigna pela quantidade de informações e referências colocadas em seu corpo pelo seu autor Ari Thorgilsson inn fróði (o sábio). Ari relata a ida de um padre saxão, de nome Thangbrandr, para a Islândia, enviado por Olaf. Batizando todos que aceitassem a nova fé, Thangbrandr obteve um sucesso temporário, mas alguns o recusaram e outros até o insultaram ritualisticamente, o que resultou no seu regresso para a Noruega por ter matado “dois ou três homens”. Ao realizar seu relatório para o Rei, ele disse que a Islândia ainda não estava pronta para a aceitação do

cristianismo, o que revoltou Olaf e o levou a tomar algumas medidas drásticas com relação aos parentes de islandeses que residiam na Noruega. Caso a Islândia não se convertesse à nova fé, seus reféns seriam torturados e até mortos.

Porém com esta ameaça dois islandeses que estavam na corte de Olaf na Noruega, convertidos por Thangbrandr, Gizurr e Hjalti, porque Hjalti foi banido pelo Althing por ter insultado uma das deusas da religião ancestral escandinava, viajaram para a Islândia, para evitar que o Rei retirasse a vida dos islandeses reféns. Eles fariam uma nova tentativa de cristianização da Islândia, voltando para a ilha com um padre chamado Thormodr. Gizurr e Hjalti reuniram a parcela de islandeses já cristianizados para se encontrarem no Althing, já que a parte pagã estava se unindo em armas para uma possível guerra-civil.

Na Thingvöllir (planície do Althing) cristãos e não-cristãos se encontraram, cada um dos lados se declarou fora da lei do outro, resultando assim na divisão do território antes unificado sob a égide de um governo auto-regulador, descentralizado na mão de uma elite possuidora de terras, não-cristã. Um dos pontos onde encontramos uma lacuna não explicada por Ari nesta fonte histórica (*Islendigabók*) é exatamente este. O que evitou que os islandeses entrassem em conflito armado? Uma explicação miraculosa é dada em dois documentos que falam sobre o evento. Theodoricus em sua *Monumenta Histórica Norwegia* (1177-1180) diz que Deus evitou que o séquito não-cristão atacasse. Esta mesma afirmação é encontrada também na *Oláf's Saga Tryggvassonar em mesta* (1250-1300) escrita por Snorri Sturlusson.

A historiografia traz noções que podemos inferir acerca deste evento que está perdido nas sombras do passado. Pois como foi dito anteriormente o Rei Olaf detinha em seu poder alguns parentes de pessoas do lado não-cristão, e estes estavam sob perigo de tortura e morte. Gizurr e Hjalti que foram os responsáveis por levar o cristianismo até a Assembléia Geral, são creditados por Adalsteinsson (1999, p. 85) como os que levaram

notícias sobre os reféns do rei norueguês, o que teria feito o séquito não-cristão ter evitado o combate armado. Outro motivo que o autor levanta é que muitas pessoas tinham mais vontade em ter o conflito resolvido como eram sempre resolvidos os litígios na Islândia. Em uma discussão na Assembléia de forma pacífica e sem derramamento de sangue.

Para elaborar as leis cristãs um homem chamado Sídu-Hallr foi declarado o orador das leis (Law-speaker), porém ele passou a responsabilidade para Thorgeir Thorgilsson, o orador das leis não-cristãs que detinha uma relação amigável com os dois lados da sociedade islandesa.

Foi então que Thorgeir se retirou em silêncio para depois de um dia anunciar a todos para comparecerem na Rocha da Lei (Lögberg). Segue abaixo um trecho do seu discurso:

*“Agora uma idéia sugiro, nós também não devemos aceitar o curso onde as pessoas caíam em oposição, vamos acertar um compromisso, para que os dois lados tenham seu caminho, e nós todos teremos uma lei e um costume. É verdade que quando quebramos nossa lei em duas, também quebraremos nossa paz.” (Gronlie, 2006, p. 59, tradução nossa)*

E assim foi declarado que todos deveriam ser batizados na fé cristã, com algumas ressalvas quanto à exposição de crianças, o consumo de carne de cavalo e a prática privada dos antigos ritos e sacrifícios. Há fontes que mencionam que alguns islandeses só aceitaram ser batizados nas fontes termais.

Ari Thorgilsson termina contextualizando este fato com outros fatos de relevante importância para sua ótica de mundo, tais como a morte do rei Olaf Trygvasson em uma emboscada armada pelos reis da Dinamarca e Suécia, em conluio com o herdeiro de Haakon, Eirikr. A datação específica da morte do rei Eadmundr da Inglaterra, e mil anos após o nascimento de Cristo.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



## FONTES DOCUMENTAIS

ANÔNIMO. *Burnt-Njál Saga*. In: Icelandic Saga Database. 1861, English, transl. George W. DaSent. Disponível em: <[http://www.sagadb.org/brennu-njals\\_saga.en](http://www.sagadb.org/brennu-njals_saga.en)>. Acesso em: Ago. 2011.

GRONLIE, Siân. *Islendigabók. Kristni Saga: The book of the Icelanders. The story of the conversion*. Viking Society for Northern Research, Univesity College London. Short Run Press Limited. 2006. v. XVIII. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=1&sqi=2&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.vsnrweb-publications.org.uk%2FText%2520Series%2Fislkr.pdf&rct=j&q=islkr.pdf&ei=PZI3TpKWO4LagAfe7eXTDA&usg=AFQjCNHRvwWh8px-qg8frhr6\\_s20NGcH4Q&cad=rja](http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&cd=1&sqi=2&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.vsnrweb-publications.org.uk%2FText%2520Series%2Fislkr.pdf&rct=j&q=islkr.pdf&ei=PZI3TpKWO4LagAfe7eXTDA&usg=AFQjCNHRvwWh8px-qg8frhr6_s20NGcH4Q&cad=rja)>. Acesso em: Ago. 2011

STURLUSON, Snorri. *Heimskringla: King Olaf Trygvason's Saga: Part I, II e III*. Online Medieval and Classical Library Release #15b. Disponível em: <<http://omacl.org/Heimskringla/trygvason1.html>>. Acesso em: julho 2011.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADALSTEINSSON, Jón Hnefill. *Under the Cloak: A pagan ritual turning point in the conversion of Iceland*. 2. ed. Reykjavík: Háskólaútgáfan. 1999.

ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira. O Reino Visigodo Católico (séculos VI-VIII): Cristianização ou conversa? *Politéia* (Vitória da Conquista), v. 5, p. 91-102, 2005.

BYOCK, Jesse L. *Medieval Iceland: society, sagas and power*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press. 1990.

CARVER, Martin. *The Cross goes North: Processes of conversion in Northern Europe, AD 300 – 1300*. Woodbridge: The Boydell Press. 2005.



DUBOIS, Thomas A. *Nordic Religions in the Viking Age*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. 1999.

GRAHAM-CAMPBELL, James. *The Viking World*. London: Third Frances Lincoln Edition. 2001

LANGER, Johnni. Pagãos e Cristãos na Escandinávia da Era Viking: Uma Análise do episódio de conversão da Njáls Saga. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Ano IV. n 10, Maio 2011. ISSN 1983-2850 <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf9/01.pdf>>. Acesso em: Set.2011.

MIRANDA, Pablo Gomes de. Assembleias e disputas legais nas sagas islandesas: uma leitura da Hrafnkels Saga Freysgoda. *Alétheia: Revista de estudos sobre Antiguidade e Medievo*, v. 01, Jan./Jul. 2010.

ORTON, Peter. Pagan Myth and Religion. In: MCTURK, Rory. *A Companion to Old Norse-Icelandic Literature and Culture*. Blackwell Publishing Ltda. 2005.

SAWYER and SAWYER, Birgit and Peter. *Medieval Scandinavia: From Conversion to Reformation, circa 800-1500*. University of Minnesota Press. 1993.

STRÖMBÄCK, Dag. *The Conversion of Iceland*. London. 1975. Disponível em: <http://www.vsnrweb-publications.org.uk/Text%20Series/The%20Conversion%20of%20Iceland.pdf>>. Acesso em: jul. 2011.

VAUCHEZ, André. *A Espiritualidade na Idade Média Ocidental séculos VIII a XIII*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1995.

## Artigo

# A ESCOLHA DAS VESTAIS, ESPELHO DE UMA SOCIEDADE EM EVOLUÇÃO (3º SÉCULO A.C – 1º SÉCULO D.C) \*

Nina Mekacher  
Françoise Van Haeperen

Tradução: Diogo Neves da Costa \*\*  
diogoncosta@yahoo.com.br  
Ana Carolina Caldeira Alonso \*\*\*  
ana\_carolina\_ca@hotmail.com

## RESUMO

Diversas etapas precediam a “tomada” de uma vestal pelo grande pontífice. As modificações que intervinham no processo de escolha das vestais entre o 2º século a.C e o 1º Século da nossa era, são analisados a partir de textos, e situados em seu contexto político, religioso e social. Novas datações sobre as medidas republicanas (*lex Papia*) ou Augustanas podem ser propostas, assim como uma melhor compreensão da evolução que marcou o processo de escolha dessas sacerdotisas.

---

\* Artigo traduzido do original em francês com autorização das autoras Nina Mekacher e Françoise Van Haeperen. HAEPEREN, Françoise Van; MEKACHER, Nina. Le choix des Vestales, miroir d'une société en évolution (IIIèmes. a. C. - Ier s. p. C.) In: *Revue de l'histoire des religions*, tome 220 n°1, 2003.

\*\* Doutorando pelo programa de letras em estudos linguísticos neolatinos da UFRJ, sob orientação da Profª Drª Angela Maria da Silva Corrêa. Tradutor do artigo: Drácula: um mito-sociopolítico publicado pela revista Tempo Brasileiro e pesquisador na área de tradução e tecnologia..

\*\*\* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da UERJ, sob orientação da Profª Drª Maria Regina Candido. Membro do Núcleo de Estudos da Antiguidade (NEA/UERJ) e do Núcleo de Estudos e Referências da Antiguidade e Medievo (NERO/UNIRIO). Bolsista CAPES/DS. Tema da pesquisa: “O culto de Vesta na República Romana Tardia”.

## RÉSUMÉ

Diverses étapes précédaient la « prise » d'une vestale par le grand pontife. Les modifications qui intervinrent dans le processus de choix des vestales, entre le III<sup>e</sup> s. av. J.-C. et le I<sup>er</sup> s. de notre ère, sont analysées à partir des textes et situées dans leur contexte politique, religieux et social. De nouvelles datations de mesures républicaine ("lex Papia") ou augustéenne peuvent ainsi être proposées, ainsi qu'une meilleure compréhension de l'évolution qui marqua la procédure de choix de ces prêtresses.

As vestais, sacerdotisas romanas, tinham como tarefa principal o cuidado e a proteção do lar público que se encontrava no santuário de Vesta. Essas, pertenciam ao colégio dos pontífices, responsáveis pelos *sacra*. De tal forma que suas semelhanças com esses sacerdotes aparecem durante certos sacrifícios, e também em relação a suas obrigações de *incestus*: tão logo uma Vestal era suspeita de ter rompido a obrigação de virgindade atribuída a seu sacerdócio, ela era alvo de uma investigação pelos pontífices, que a condenaria a ser sepultada viva, caso fosse reconhecida como culpada<sup>38</sup>. A servidão das vestais em relação ao colégio pontifical e seu chefe, o *pontifex maximus*, ocorre, também, durante a escolha de uma nova sacerdotisa.

Para substituir uma vestal, uma candidata era designada a partir de um procedimento que evoluiu ao longo dos séculos. O grande pontífice "tomava", então, a menina que tinha sido retida. Através desse *captio* ele a tornava uma vestal, pronunciando uma fórmula ritual transmitida, segundo Aulo Gélcio, pelo primeiro livro de Fabius Pictor<sup>39</sup>: "A fim de exercer os ritos sagrados que a lei designa a uma vestal, no interesse do povo romano e de Quiritis, como candidata escolhida segundo a mais pura

---

<sup>38</sup> Augusto Frascchetti, La sepultura délie Vestali e la città, in Du chatiment dans la cité. Supplices corporels et peine de mort dans le monde antique,- Rome, 1984, p. 97-128 (Collection de l'École française de Rome; 79).

<sup>39</sup> O Fabius Pictor citado por Aulo Gélcio não deve ser identificado como o historiador do fim do 3<sup>o</sup> século a.C., mas sim Q. Fabius Maximus Servilianus (cos . 142 a. C), pontífice e autor de um tratado de *iure pontificio*. Cari Hosius, Die römische Literatur in der Zeit der Republik, 4<sup>e</sup> éd., Munich, 1927, p. 172-174 ; sobre esse pontife, George J. Szemler, The Priests of the Roman Republic, Bruxelles, 1972, p. 120 (coll. « Latomus », 127).

das leis. É você que, a esse título, tomo, Amata, como sacerdotisa vestal”<sup>40</sup>. A vestal era então, ainda segundo Aulo Gélio, conduzida ao *Atrium Vestae* e confiada (*tradita*) aos pontífices<sup>41</sup>: a vestal pertencia, daqui em diante, ao colégio e era submissa a sua jurisdição.

A fórmula pronunciada pelo *pontifex maximus* foi alvo de muitos artigos; assim como a denominação *Amata* ou a fórmula *quae optima lege* foi objeto de numerosas hipóteses<sup>42</sup>. Mas diversas etapas precediam a *captio*, assim, alguns autores fornecem informações “teóricas”, e também exemplos concretos dos procedimentos que precedem à escolha de uma candidata. Esses textos, entretanto, raramente são examinados de maneira detalhada ao longo de um mesmo estudo: é importante, então, os submeter a uma nova análise, que permita melhor definir as evoluções que afetam o modo de escolha de uma vestal.

Apresentamos, a princípio, as condições requeridas para exercer o sacerdócio de Vesta e os motivos de dispensa que podiam ser apresentados (pelo pai de) uma menina susceptível de ser retida.

## CONDIÇÕES REQUERIDAS PARA ASCENDER AO SACERDÓCIO E DISPENSAS.

Aulo Gélio enumera as condições que deveria preencher uma jovem escolhida como vestal em uma passagem onde se baseia, principalmente, em Antistius Labeo, jurista

---

<sup>40</sup> Aulu-Gelle, 1, 12, 14: In libro primo Fabii Pictoris, quae uerba pontificem maximum dicere oporteat, cum uirginem capiat, scriptum est. Ea uerba haec sunt: “Sacerdotem Vestalem; quae sacra faciat quae ius siet sacerdotem Vestalem facere pro populo Romano Quiritibus, uti quae optima lege fuit, itate, Amata, capio” (trad. René Marache, Collection des Universités de France [cuf], 1967).

<sup>41</sup> Aulu-Gelle, 1, 12, 9: *simul est capta atque in atrium Vestae deducta et pontificibus tradita*.

<sup>42</sup> Sobre a fórmula *quae optima lege fuit*, Claire Lovisi, Vestale, incestus et jurisdiction pontificale sous la République romaine, in. Mélanges de l'École française de Rome, 110; 2, 1998, p. 709 s.; Martin Jehne, "Die Diktatur optima lege, in Zeitschrift der Savigny-Stiftung, 106, 1989, p.- 561 s. ; Francesco Guizzi, Aspetti giuridici del sacerdozio romano. Il sacerdozio di Vesta, Naples, 1968, p. 124 s. (Pubblicazioni della Facoltà giuridica deU'Università di Napoli, 62) ; sur Amata, Carl Koch; Vesta; in Real-Encyclopadie [RE], .18,- 4, 1949, col: 1745 s. ; Emma Del; Basso, Virgines Vestales; in Atti Napoli, 85, 1974 (1976), p. 185 s.

Augustano, autor, dentre outros, de um tratado de direito pontifical (*De iure ponticio*), cujo provem, possivelmente, as informações transmitidas pelo autor das “Nuits áttiques”<sup>43</sup> (Noites Áticas). Aulo Gélio retoma então prescrições que remontam a uma fonte Augustana, mas que parece ter sido válida durante toda sua época.

As candidatas deveriam ter entre 6 e 10 anos e ser *patrimae* e *matrimae*, ou seja, seus dois pais deveriam estar vivos durante o processo<sup>44</sup>, não poderiam possuir qualquer defeito físico<sup>45</sup> e não poderiam ter sido emancipadas pelo pai. Da mesma maneira que seu pai não poderia ter sido emancipado, ainda que sua filha “se encontrasse, tendo o pai vivo, sob a autoridade de seu antecessor”<sup>46</sup>. Essa prescrição pode ser interpretada da seguinte forma<sup>47</sup>: a emancipação do pai ou da filha deixava, teoricamente, a menina órfã. O que contradizia a necessidade da candidata ser *patrimae* e *matrimae*. Os pais das futuras vestais deveriam ter nascidos livres e exercer uma profissão honrável<sup>48</sup>.

---

<sup>43</sup> Aulu-Gelle, 1, 12, 1-8. Sur, Antistius Labeo: Martin s Schanz, C. Hosius, Geschichte der römischen Literatur, bis zum Gesetzgebungswerk des Kaisers Justinian, 2ª éd., Munich, II, 1967, p. 382-384.

<sup>44</sup> Aulu-Gelle, 1, 12, 1-2: *Qui de virgine capienda scripserunt; quorum diligentissime scripsit Labeo Antistius, minor em quam annos sex, maiorem quam annos decem natam negauerunt capi fas esse; item quae non sit patrima et matrima* (éd. R. Marache, CUF, 1967). Sobre os *patrimi* et *matrimi*, ver Georg Wissowa, Religion und Kultus der Römer; 2e éd., Munich, 1912, p.496, n. 2; C. Koch, in RE, 18, 1949, col. 2250 s. A noção de “*puer patrimus et matrimus*” mereceria uma discussão mais detalhada. Explicitemos simplesmente, aqui, que a partir das definições antigas (Paul Diacre, p.82 L., 113 L.), se tratava de filhos que tinham ainda pai e mãe vivos. Um problema, entretanto, se interpõe: Marco Aurélio foi eleito em 128 como *salio*, sacerdote que necessitava dessa qualidade (Denys d'Halicarnasse, 2, 71, 4), apesar de seu pai natural estar falecido (ver Anthony Birley, *Mar eus Aur elius. A Biography*, éd. revue, Londres, 1987, p: 31<sup>TM</sup> 36). Todavia, neste período, ele já havia sido adotado por seu avô, podendo, então, juridicamente, ser considerado como tendo um pai vivo.

<sup>45</sup> Aulu-Gelle, 1, 12, 3 : *item quae lingua debili sensuue aurium deminuta aliaue qua corporis lobe insignita sit*: Ver também, sobre este assunto, Fronton, 3, 1 ; Sénèque, *Controuersiae*, 4, 2.

<sup>46</sup> Aulu-Gelle, 1, 12, 4 : *item quae ipsa aut cuius pater emancipatus sit, etiamsi uiuo pâtre in aui potestate sit* (trad; R: Marache, CUF, 1967).

<sup>47</sup> Ver Jane F. Gardner, *Women in Roman Law and Society*: Londres, 1986, p. 23.

<sup>48</sup> Aulu-Gelle, 1, 12, 5 : *item cuius parentes alter amboue seruitutem seruierunt aut in negotiis sordidis ersantur*. Os *negotia sordida*, proibido aos cidadãos, são definidos mais precisamente por Cícero, *De officiis*, 1, 150 e pelos regulamentos da *tabula Heracleensis* 1 . 94; 113, 123 (ver Michael H. Crawford, *Roman*

Aulo Gélio remete a Ateio Capito, jurista Augustano, disposição suplementar: os pais deveriam morar na Itália<sup>49</sup>. É possível que esta condição tenha origem no período Augustano. Certamente esta é uma regra para dispensa que pode ser considerada posterior a 18 a.C.<sup>50</sup>. Não podemos definir com precisão a antiguidade das outras regras, nem em quais contextos apareceram. Algumas delas, como a idade requisitada, a necessidade de ter os pais ainda vivos ou a ausência de deficiência física deve ser muito antiga; entretanto, os motivos de isenções que Aulo Gélio cita em seguida foram, de fato, estabelecidos posteriormente.

Uma menina poderia ser isentada da escolha como vestal, como detalhou o autor: poderia ser dispensada a irmã de uma vestal, a filha de um flâmine, de um áugure, de um quindécenviro, de um sêtenviro épulão, de um sábio; assim como a noiva de um pontífice ou a filha de um *tubicen sacrorum*<sup>51</sup>. A menção ao sêtenviro, sacerdote criado em 196 a. C. dá um primeiro componente de datação para essa lista de isenções. A última constatação oferece outro indício de datação: o *tubicen sacrorum* é, certamente, promovido da função de oficial de justiça ao nível de sacerdote no período de Augusto<sup>52</sup>. O que não significa, entretanto, que todas essas isenções datam deste período. Pode-se supor que o *tubicien* foi adicionado a uma lista pré-existente, posterior, muito possivelmente, a criação do sêtenviro. Seguramente, a dispensa para as filhas de um *tubicien* é a última evocada. Ela

---

Statutes I, Londres, 1996, p. 355 s., n° 24 [University of London; Bulletin of the Institute of Classical Studies. Suppl. 64] ; ver também J. F. Gardner, Being a Roman Citizen, Londres, 1993, p. 126s. (135 s.).

<sup>49</sup> Aulu-Gelle, 1, 12, 8 : *Praeterea Capito Ateius scriptum reliquit, neque eius legendam filiam qui domicilium in Italia non haberet; et excusandam eius qui liber os très haberet*. Seria interessante ver o escrito de Ateius Capito, cujo Aulo Gélio não deixa claro o título o *iure pontificali* (ver M. Schanz, C Hosius, 1967/ p. 384).

<sup>50</sup> Ver infra, p. 68.

<sup>51</sup> Aulu-Gelle, 1, 12, 6-7: *Sed eam cuius soror ad id sacerdotium lecta est excusationem mereri aiunt ; item cuius pater flamen aut augur aut quindecemuirum sacris faciundis aut septemuirum epulonum aut salius est. Sponsaequoque pontifias et tubicinis sacrorum filiae uacatio a sacerdotio isto tribui solet*.

<sup>52</sup> John Scheid, Maria Grazia Granino Cecere, Les sacerdoce publics équestres, in L'ordre équestre. Histoire d'une aristocratie (1<sup>er</sup> s. av. J.-C. - 1<sup>er</sup> s. apr. J.-C.), éd; Ségolène Demougine, Hubert Devijver, Marie-Thérèse Raepsaet-Charlier, Rome, 1999, p. 85, 93 s. (coll:« efr », 257).

não se encontra nas isenções validadas para as filhas dos outros sacerdotes, mas com a dispensa concedida a noiva de um pontífice. A fonte utilizada por Aulo Gélio pode ter sido, então, considerada como posterior a promoção do *tubicien* ao sacerdócio, período Augustano, mas retomada uma lista de isenções mais antigas. Remarquemos que se trata de dispensa e não de impossibilidade de ascender ao sacerdócio, como mostram os próprios termos utilizados por Aulo Gélio, assim como o caso concreto das irmãs *Oculatae*, ambas vestais<sup>53</sup>.

Depois de ter mencionado a obrigação ligada ao lar atestada por Ateio Capito. Aulo Gélio assinala outro motivo de isenção: é necessário evitar a filha de um casal possuidor de três filhos. Esta última disposição é, certamente, ligada a criação do *ius trium liberorum* que apareceu em 18 a.C com a legislação Augustana sobre o casamento. Podendo, igualmente, se introduzida em 9 d.C. quando o *ius trium liberorum* foi atribuído às vestais.<sup>54</sup>

Diante das regras descritas, pode-se supor que, a princípio, toda menina, preenchida as condições e não podendo apresentar um motivo de isenção, poderia ser alvo de uma escolha eventual.

## O PROCESSO DE ESCOLHA DAS VESTAIS

O processo primitivo relativo à escolha das vestais pode apenas ser alvo de suposições. Segundo a tradição, as vestais romanas, cuja criação é atribuída à Numa, o

---

<sup>53</sup> Aulu-Gelle: *sed et earn... excusationem mereri aiunt*; sobre as *Oculatae sorores*, ver Suetônio, Domitianus, 8, 4. Danielle Porte {Les donneurs de sacré.. Le prêtre à Rome, Paris,. 1989, p. 67) e C. Koch {Vesta, 1949, col. 1744} Ambos falam da impossibilidade do acesso ao sacerdócio, simplificando, um pouco, os termos utilizado pelo autor antigo.

<sup>54</sup> Sobre as atribuições do *ius liberorum* as vestais, ver *infra*, p. 79; sobre o *ius liberorum*, Max Kaser, *Das römische Privatrecht*; 1971, p.318s.; Angelika: Mette- Dittmann, *Die Ehegesetze des Augustus*, 1991, p. 146 S. .

(*Historia Einzelschriften*, 67).

fundador dos institutos romanos religiosos eram diretamente nomeadas pelo rei<sup>55</sup>. Os modernos aceitam geralmente a hipótese, segunda a qual os reis teriam escolhido pessoalmente essas sacerdotisas.

## **SOBRE A REPÚBLICA**

A maioria dos estudiosos supõem que nos primeiros momentos da República o *pontifex maximus* havia herdado essa prerrogativa real e que ele gozava de um poder absoluto para escolher as vestais, assim como os outros sacerdotes que dependiam dele: o *rex sacrorum* e os flâmines<sup>56</sup>. Lembremos que esses sacerdotes, assim como as vestais, pertenciam ao colégio pontifical: mais tarde, expõe Aulo Gélio, a *Lex Papia* impôs que a futura sacerdotisa fosse sorteada, diante de uma assembléia (*contio*), a partir de uma lista de 20 nomes estabelecidos pelo *pontifex maximus*<sup>57</sup>. A data dessa lei não é conhecida e permitiu numerosas conjecturas<sup>58</sup>. Para alguns, essa lei que teria tido como projeto principal reduzir o poder absoluto, cujo teria beneficiado o grande pontífice nas escolhas da sacerdotisa, poderia datar de 65 a.C, visto que um dos tribunais da plebe desse ano se denominava: *C. Papius*<sup>59</sup>. Para outros, essa lei é situada no período histórico onde os

---

<sup>55</sup> 18. Cicéron; De re publica, 2,26; Denys d'Halicarnasse, - 2, 64; 3, 2, 67 ; Aulu-Gelle, 1., 12, 10 ; Tite-Live, 1, 20, 3 ; Plutarque, -Numar 10, 1..

<sup>56</sup> Theodor Mommsen, Rômisches: Staatsrecht, II, Leipzig, 1887, p. 25-26; G. .Wissowa, 1912; p.. 487, 510; Georges Dumézil, La religion romaine archaïque, 2e éd.\* revue et corrigée, Paris, 1974, p. 578-579/

<sup>57</sup> Aulu-Gelle, 1., 12, 11: *Sed Papiam legem inuenimus; qua cauetur ut pontifias maximi arbitratu uirgines e populo uiginti legantur sortitioque in condone ex eo numero fiat.*

<sup>58</sup> Ver os estados da questão elaborados por M.-Th. Raepsaet-Charlier [L'origine sociale des Vestales sous le Haut-Empire, in « MNHMH » Georges A. Petropoulos, 2, Athènes, 1984, p. . 256] e por Jorg Rüpke , (Innovationsmechanismen kultischer : Religionen „\ Sakralrecht im Rom der Republik,,-. in Geschichte-Tradition-Reflexion. Festschrift fur Martin Hengel zum 70: -Geburtstag, II/ éd. Hubert Cancik, Tubingen, 1996, p. 277-279).

<sup>59</sup> Ver J. Rupke, Innovationsmechanismen, 1996, p. 277 s.; Adolf Berger, Lex Papia de Vestalibus lectione. in RE, Suppl. VII, 1940, col: 402/

sacerdócios se abriam aos plebeus (*lex Ogulnia* de 300)<sup>60</sup>. E. Rawson, por sua vez, propôs colocar essa lei no contexto do processo das vestais de 114-113 a.C.<sup>61</sup>

Uma nova datação da *Lex Papia* parece, entretanto, possível ao comparar seu conteúdo com os processos de escolha de outros membros do colégio pontifical: o *rex sacrorum*; os flâmines maiores e o *pontifex maximus*. A escolha dos flâmines maiores, assim como do *rex sacrorum*<sup>62</sup> necessitavam, a princípio, do estabelecimento de uma lista de três nomes de candidatos potenciais ao sacerdócio disponível. As fontes não estabelecem quais seriam os autores dessa lista. Segundo os modernos, poderia se tratar tanto do senado, quanto dos pontífices<sup>63</sup>. Essa última hipótese pareceu mais plausível. Certamente a eleição dos pontífices e dos outros sacerdotes maiores dependia das propostas feitas pelos membros de cada colégio<sup>64</sup>. Com base neste paralelo interessante, pode-se, então, considerar que, possivelmente, eram nomeados os candidatos agourados como futuros *rex* ou flâmines aos postos vagos de seu colégio.

A partir de quando foi introduzido esse uso? O estabelecimento de uma lista de três nomes para o *flamen Dialis* constituía uma prática antiga, como a atesta um discurso

---

<sup>60</sup> F. Guizzi, *Vesta*, 1968, p. 73-77.

<sup>61</sup> Elizabeth Rawson, *Religion and Politics in the Late Second Century BC at Rome*, in *Phoenix*, 28, 1974, p. 207.

<sup>62</sup> Tacite, *Annales*, 4; 16, 2 ; Tite-Live, 40, 42, 1 1 : P. Cloelium Siculum inaugurarunt, qui secundo loco nominatus erat: Le nominatus foi, de qualquer forma, reconstituído pelo editor (les mss. ont inauguratus). La mention secundo loco autoriza perfeitamente essa correção admitida pelos modernos.

<sup>63</sup> A favor de uma lista estabelecida pelo colégio pontifical, Th. Mommsen, *Rômisches Staatsrecht*; II; 1887, p. 1113; Lily Ross Taylor, *Caesar's Colleagues in the Pontifical College*, in *AJPh*; 63, 1942, p. 388; Mary Beard, *Priesthood in the Roman Republic*, in *Pagan Priests. Religion and Power in the Ancient World*, éd. M. Beard, John North, Londres, 1990, p. 23.

<sup>64</sup> Ver J. Scheid, *Le prêtre et le magistrat; Réflexions sur les sacerdoces et le droit public à la fin de la République*, in: *Des ordres à Rome*, ed. Claude Nicolet, Paris, 1984, p. 275-278 (Publications de la Sorbonné. Série "Histoire ancienne et médiévale"); Id., *Il sacerdote*, in *L'uomo romano*, ed. Andrea Giardina; Rome-Bari, 1989, p. 55-57 (*Storia e società*) ; Françoise Van Haepere, *Le collège pontifical (nf s. a.C.-IV s: p;C)*. *Contributio à l' étude de la religion publique romaine*, : Bruxelles-Rome, 2002, p. 120-125 (*Etudes de philologie; d'archéologie et d'histoire anciennes de l'Institut: historique belge de Rome*, 39).

de Tibério no Senado em 23<sup>65</sup>. Tal era o uso em 180 a.C, a partir da narração de Tito Lívio<sup>66</sup>. O fato deste mesmo historiador não pronunciar uma palavra sobre a introdução dessa lista na sua narrativa bem documentada e atenta à vida sacerdotal romana, nos permite pensar que essa reforma poderia ter ocorrido durante os decênios cobertos pela segunda década, hoje perdida, de sua obra (292-219). É durante esse lapso de tempo que situamos a reforma que acaba com a eleição do grande pontífice de 17 das 35 tribos, com base em uma lista de três candidatos propostos pelo colégio<sup>67</sup>. Seria tentador datar, igualmente, durante este período a *Lex Papia*, modificando o modo de recrutamento das vestais, introduzindo uma lista de candidatas, sorteadas diante de uma *contio*. Essas três modificações no acesso ao sacerdócio – escolha do *pontifex maximus*, escolha de um flâmine, tomada de uma vestal – apresentam, aparentemente, traços comuns: por um lado, uma lista de candidatos é constituída, seja pelo colégio (para a eleição do grande pontífice ou para a tomada de um flâmine); seja pelo grande pontífice (para a tomada de uma vestal); por outro lado, nos três casos, o povo, ou uma manifestação dele, é chamado para desempenhar um papel: São 17 tribos sorteadas que instituem, formalmente, o grande pontífice; a futura vestal é sorteada diante uma *contio*; os flâmines, por fim, são apresentados diante dos comícios *curiates*<sup>68</sup>. A partir dessas características bastante próximas, poder-se-ia propor atribuir as modificações no processo de escolha desses padres a mesma corrente, visando reduzir o poderoso papel do colégio pontifical ou do *pontifex maximus* e legar ao povo um mínimo de controle. O período dessas mudanças corresponderia ao momento, no qual o grande pontífice foi, pela primeira vez, criado

---

<sup>65</sup> Tacite, Annales, 4, 16, 2: Nam patricios : confarreatis parentibus genitos très simul nominari, ex quis unus léger etur, uetusto more.

<sup>66</sup> Tite-Live, 40, 42; 11.

<sup>67</sup> Ver Ludwig Mercklin, Die Cooptation der Römer, Leipzig, 1848,.p. 137-140; Ettore Pais, L'elezione del pontefice massimo per mezzo delle XVII tribu, in là., Ricerche sul la storia e sul diritto pubblico di Roma,, 1, 1915, p. 337-347; F. Van Haepere; Collège pontifical, 2002, p. 120-121.

<sup>68</sup> Aulu-Gelle, 15, 27, 1 ; F. Van Haepere; Collège pontifical, 2002;. p. 96-102.

pelos comícios tribunos, entre 292 e 219. Seria tentador o situar mais precisamente, como E. Pais, durante a admissão do primeiro plebeu, Tibério Coruncânio (254 a.C.), ao grande pontificado, por voltas de 254 a.C.<sup>69</sup>

Se aceitarmos essas comparações, a *Lex Papia* constituiria, então, um dos elementos de reformas que ocorreram ao longo do século III a.C, relativos ao acesso a alguns sacerdócios pertencente ao colégio pontifical.

## **SOBRE O IMPÉRIO**

### **EXAME DAS FONTES**

Sob o Império, outra prática ocorria para a escolha das vestais: segundo Aulo Gélío essa lei não seria necessária quando os pais ofereciam espontaneamente sua filha como vestal ao grande pontífice<sup>70</sup>; desde que a candidata correspondesse aos quesitos religiosos inerentes ao sacerdócio, o senado concedia a dispensa da *Lex Papia*: essa novidade apareceu como consequência de uma carência de candidatas no período Augustano<sup>71</sup>.

Segundo Suetônio<sup>72</sup>, após a morte de uma vestal que deveria ser substituída, muitos se esforçavam para que sua filha não fosse submetida ao sorteio, diante da reação desses concidadãos, Augusto teria, então, jurado que ofereceria, voluntariamente, uma de suas meninas, se elas estivessem na idade. Não é, evidentemente, avaliável a autenticidade dessa informação, que parece, todavia, verossímil. No geral, os modernos

---

<sup>69</sup> E. Pais, *Elezione*, 1915, p. 345-346; G. J. Szemler; *Priests*, 1972, p. 68; 78.

<sup>70</sup> Aulo-Gelle, 1, 12, 12: Sed ea sortitio ex lege Papia non necessaria.nunc uideri soleî. Nam si quis honesto loco natus adeat pontificem maximum atque offer at ad sacerdotium filiam suam,.cuius dumtaxat saluis religionûm, obseruationibus ratio haberi possit, gratia Papiae legis per senatum fit.

<sup>71</sup> Sobre a falta de candidatos; Suetônio, *Augustus*, 31, 4; Dion Cassius, 55; 22, 5.. F. Guizzi, *Festa*,. 1968, p. 68-73.

<sup>72</sup> SuetônioSuetônio, *Augustus*, 31, 4: Cumque.in demortuae locum aliam capi oportet et ambirentque multi ne filias in sortem darent; adiuravit, «si cuiusquam neptium suarum competeret aetas, oblaturum se fuisse earn » (éd. HenriAilloud,CUF, 1931).

sempre a consideraram como verídica<sup>73</sup>. Assim, J. Scheid propôs situar esse relato após 5 a.C, tendo em vista a idade para a “tomada” de uma vestal e as datas de nascimento das respectivas das filhas de Augusto: Julia e Agripina<sup>74</sup> - Essa última nasceu em 14 de outubro, enquanto que sua irmã Julia nasceu, provavelmente, no dia 19 ou no início do ano 18 a.C.<sup>75</sup>. Por outro lado, acrescenta o historiador, que pode, apenas, se tratar da reforma do recrutamento mencionada por Dião Cássio no ano 5 da nossa era<sup>76</sup>, porque, nesta data, “era muito tarde para convocar suas filhas”, tendo em média a idade de 23 e 18 anos: observemos, entretanto, que em 5 a.C. as filhas de Augusto não preenchiam uma das condições para ascender ao sacerdócio: elas, certamente, não eram mais, nesta data, *patrimae* e *matrimae*, uma vez que seu pai Agripa faleceu por volta de março 12 a.C.<sup>77</sup> Sabendo disto, poderíamos, então, datar o relato narrado por Suetônio entre a nascimento de Agripina em 14 de outubro a.C e a morte de Agripa no fim do mês de março 12 a.C – Julia atingiu a idade requerida para ser escolhida vestal em 13 ou 12 a.C.. Poder-se-ia, ainda, estreitar essa datação, pois, certamente, esse relato deve ser situado dentro da cidade. Contudo, Augusto volta à Roma de suas campanhas em Gália, apenas em 4 de julho de 13 a.C.<sup>78</sup>

---

<sup>73</sup> J; Scheid, Auguste et le grand pontificat. Politique et droit sacré au début du Principat., in Rev. hist, droit, 77, 1999, p.\*. 15 ; Friedrich Mtinzer, Die römischen Vestalinnen > bis zur Kaiser zeit, in; Philologus, 92, 1937, p: 48 s. ; F."Guizzi, Vesta, 1968; p. 68 s. et surtout 70 ; José Carlos Saquete, Las virgenes Vestales, un sacerdocio femenino en la religion publica romana; Madrid, 2000, p. 123 (Anejos de archivo espafiol de arqueologia, 21).

<sup>74</sup> J. Scheid, Auguste. 1999, p.15. Se seguirmos a argumentação desse historiador até o fim, pode-se ainda precisar mais essa datação. Pós o fim do ano 4, admitindo que Agripina nasceu em outubro.

<sup>75</sup> Ver Dietmar « Kienast, Römische Kaiser tabelle, Darmstadt, 1996, p. 70; F. Munzer, Vestalinnen, 1937, n. 7.

<sup>76</sup> Ver infra, p.74-75. Contra, F. Guizzi, Vestas 1968, p. 70.

<sup>77</sup> Jean-Michel Roddaz, Marcus Agrippa, Rome, 1984; p. 485. Sobre os *patrimi* e *matrimi*; ver supra,- p. 66; Chamemos a atenção, além disso, que Julia e Agripina não foram, aparentemente, adotadas após a morte de seus pais. Elas, então, permaneceram, juridicamente, órfãs de pai e não poderiam ser, do nosso ponto de vista, consideradas *patrimae* et *matrimae*.

<sup>78</sup> D. Kienast, 1996, p. 64.

Dessa passagem de Suetônio retira-se, além disso, dois outros pontos interligados. Aparentemente, por um lado, era perfeitamente possível a um pai de família evitar que sua filha participe de um sorteio; por outro lado, não parecia quase nada desejoso que uma candidata fosse escolhida contra a vontade de seu pai.

Essa passagem constituiria em filigrana o testemunho, o mais precoce, da nova prática de apresentação pela sua família atestada por Aulo Géle, como certos historiados interpretaram?<sup>79</sup>. Não necessariamente. Em oposto, parece que a replica de Augusto aos pais de família, visando evitar que suas filhas fossem submetidas ao sorteio significa, a princípio, que ele estaria prontamente disposto a apresentar suas filhas a esta forma de escolha.

A falta de colaboração dos pais de família que descreve Suetônio se manifestou novamente no ano 5 da nossa era segundo Dio Cássio<sup>80</sup>, as famílias nobres não estavam nem um pouco dispostas a oferecer suas filhas para se tornarem vestais. Decidiu-se, então, abrir o sacerdócio às filhas de libertos. Como muitos disputavam essa honra, então, sorteava-se, no senado, na presença de seu pai, ao menos dos que pertencessem a Ordem Equestre. Todavia, concluiu o historiador, nenhuma dessas filhas foi designada.

Diante da carência das candidatas, decidiu-se, então, ampliar o acesso ao sacerdócio, abrindo-o a outras categorias sociais. Entre as numerosas filhas de libertos apresentadas para o sacerdócio, algumas são as filhas de libertos ascendidos à Ordem Equestre, como nos mostra, incidentalmente, o historiador: sendo assim, só os pais dessas

---

<sup>79</sup> M.-Th. Raepsaet-Charlier, Vestales,- 1984, p. 256.

<sup>80</sup> Dio Cassius, 55, 22, 5: e)peidh/ te ou) r(a|di/wv oi( pa/nu eu)genei~v ta\v quga/terav e)v th\n th~v (Esti/av i(eratei/an e)pedi/dosan, e)nomoqeth/qh kai\ e)c a)peleuqe/rwn gegennhme/nav i(era~sqai. kai\ o( me\n klh~rov au)tw~n, e)pei/ plei/ouv h)mfesbh/thsan, e)n tw|~ sunedri/w| paro/ntwn tw~n pate/rwn sfw~n, o(/soi ge i/)ppeuon, e)ge/neto, ou) me/ntoi kai\ toiau/th tiv a)pedei/xqh

últimas podiam assistir ao sorteio ocorrido no senado<sup>81</sup>; os outros libertos, que não pertenciam a essa categoria, não tinham, possivelmente, o direito de entrar no senado.<sup>82</sup>

Segundo M.-Th. Raepsaet-Charlier, a passagem de Dio Cássio parece “indicar uma modificação legal”; essa “medida pode ser duplamente benéfica, por sua vez agradável aos libertos que seriam honrados. E chocante aos *honestiores*, encorajando-os a oferecer suas filhas, devido ao medo que tal sacerdócio fosse assumido por aqueles provenientes de camadas sociais inferiores.”<sup>83</sup>

Pode-se, também, questionar se tratava-se de uma medida de exceção única ou se foi mantida posteriormente<sup>84</sup>. Diversos elementos podem ser levados em conta para tentar responder a essa questão. Por um lado o estudo do recrutamento das vestais permite estabelecer que “a autorização para recrutar as filhas dos libertos foi apenas, na melhor das hipóteses, raramente aplicada<sup>85</sup>. Por outro lado, lembremos que, segundo Aulo Gélio, uma vestal deveria ter pais nascidos livres.<sup>86</sup>

Parece, entretanto, difícil de avaliar se esse autor se contenta em relatar um regulamento, apoiado em Labéon, que poderia estar ultrapassado na sua época, ou se ele menciona uma obrigação que ainda se aplicava no momento em que escrevia. Seja qual for Aulo Gélio, que parece documentar bem seu capítulo consagrado às vestais, não

---

<sup>81</sup> Remarquemos que os libertos de posto equestre eram muito poucos (S. Demougin, *L'ordre équestre sous les Julio- Claudiens*; Rome, 1988, p. 650 s. [coll. « efr », 108]), en dénombre six, d'Auguste à Néron).

<sup>82</sup> Richard J. A. Talbert, *The Senate of Imperial Rome*, Princeton, 1984, p. 156 s.

<sup>83</sup> M.-Th. Raepsaet-Charlier, *Vestales*, 1984; p. 257-260.!

<sup>84</sup> M.-Th. Raepsaet-Charlier, *Vestales*, 1984; p. 257-260.

<sup>85</sup> C Koch, *Vesta*, . 1949, col. 1744 ; M.-Th. Raepsaet-Charlier, . *Vestales*, 1984, p. 257 s. ; Inès Stahlmann, *Der gefesselte Sexus*, Berlin, 1997,

p. 136, parlent d'une mesure exceptionnelle: Giulio Gianelhe. *Il sacerdozio délie vestali romane*, Florence,

<sup>86</sup> Para os libertos da ordem equestre há o *natalium restitutio*, apagando a origem servil; suas filhas podem, então, ser consideradas como nascidas de pais livres (ver S. Demougin, *L'ordre équestre*,.1988, p. 650 s.). Não é, entretanto, o caso das filhas dos outros libertos.

menciona uma abertura do sacerdócio às filhas dos libertos. Sendo a decisão tomada em 5 uma medida de exceção sem continuidade. Sendo ela muito pouco, ou mesmo, quase nunca aplicada.

Chamemos a atenção que: o sorteio mencionado pelo historiador grego parece constituir uma etapa preliminar na escolha da futura vestal<sup>87</sup>. Certamente, ele é destinado a dividir as numerosas filhas de libertos e somente algumas eram apresentadas para o sacerdócio. Essa *sortitio*, pré-requisito a escolha, atesta, igualmente, pela primeira vez, uma competência atribuída ao senado em relação à eleição das vestais. O fato de que a sacerdotisa não seja escolhida entre as filhas dos libertos indica por um lado, que outros candidatos foram designados e, por outro lado, que o sorteio das pré-candidatas era seguido de outra etapa de seleção, a qual as modalidades não eram descritas por Dio Cassio: é possível que tenha, então, procedido uma *sortitio*, de acordo com a prática antiga

Todavia, como nenhuma filha de libertos era designada, pode-se supor, como certos modernos, que a escolha final vinha do senado. Se aceitarmos essa última hipótese, o sistema descrito resumidamente por Dio Cassio constituiria um tipo de método misto entre o antigo modo de escolha pela *sortitio* e uma nova maneira de designar a futura sacerdotisa.

Um texto de Tácito transcreve o conteúdo de uma discussão no Senado sobre a escolha de uma vestal durante a década seguinte<sup>88</sup>. O imperador, e grande pontífice, Tibério fez um relato ao Senado em 19, sobre o fato de que uma vestal deveria ser

---

<sup>87</sup> Esse sorteio não deve ser confundido com aquele que a *lex Papia* conduzia ao desígnio da sacerdotisa; ver também, nesse sentido, F. Guizzi, *Vesta*, 1968; p. 70 s.

<sup>88</sup> Tacite, *Annales*, 2, 86, 1-2: Post quae rettulit Caesar capiendam uirginem in locum Occiae, quae septem et quinquaginta per annos summa sanctimonia Vestalibus sacris praesederat; egitque grates Fonteio Agrippae et Domitio Pollioni quod offerendo Jilias de officio in rem publicam certarent: Praelata est Pollinis filia, non ob aliud quam quod mater eius in eodem coniugio manebat; nom Agrippa discidio domum imminuerat: Et Caesar quamuis posthabitam decies sestertii dote solatus est (Ed. Pierre Wuilleumier, cuf, 1978).

tomada no lugar de Occia, falecida depois de cinquenta e sete anos de serviço. Segundo o historiador, Tibério agradeceu em seguida a dois senadores que tinham ofertado suas filhas, manifestando assim, sua devoção pela República; a estrutura do texto permite supor que a oferta dos senadores ocorrera anteriormente à sessão do senado: a questão discutida no senado parece tratar, certamente, sobre qual das duas filhas escolher. O senado denotou sua preferência por aquela cujos pais permaneciam unidos. Para a candidata recusada foi atribuído um dote de dois milhões de sestércios.

A escolha da vestal em 19 corresponde, assim, à prática que descreveu Aulo Gélio como alternativa à *Lex Papia* e constitui sua primeira atestação. Se trataria, então, de uma nova regulamentação, vinculativa ao futuro, criada entre 5 e 19 da nossa era. A redação de *Aulo Gélio Sed ea sortitio ex lege Papia non necessaria nunc uideri solet* e a precisão de *gratia Papiae legis per senatum fit*<sup>89</sup> permite concluir que a *Lex Papia* não tinha, por hora, sido removida. A menção do sorteio entre as candidatas ao sacerdócio, no mundo fictício das *Controuersiae* de Sêneca é claramente orientada em direção as vestais: essa alusão demonstra que a prática da *sortitio* era, ainda, considerada como representativa nos meados do reino de Tibério<sup>90</sup>.

## DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO

Durante a escolha de novas vestais, os dois primeiros *pontifices maximi* do Império se depararam com a falta de candidatas. Para a elite tardo-republicana, as alianças

---

<sup>89</sup> Aulu-Gelle,- 1, 12, 12.

<sup>90</sup> Sêneca, *Controuersiae*, 1, 2, 3 : Nam quod ad sortent pertinet, ne reliquae uirgines contaminarentur haec segregata est. Sobre a datação, ver Michael von Albrecht, *Geschichte der römischen Literatur. Von Andronicus bis Boethius. Mit Berücksichtigung ihrer Bedeutung für die Neuzeit*, II, Berne, 1992, p. 987 s. As cenas descritas não devem ser comparadas uma a uma à realidade. Todavia, é evidente que o sacerdócio da vestal serve de base ao *sacerdotium* tratado nesta *Controuersia* e que a *sortitio* mencionada aqui corresponde ao sorteio das candidatas ao sacerdócio de Vesta. Essa *Controuersia*, na qual a candidata é colocada a prova, está situada em uma grande assembléia, na qual assistem igualmente as demais candidatas (*Auertite aures petiturae sacerdotium; dum reliqua narro* [1, 2, 5]) que esperam impacientemente o sorteio seguinte a provação.

matrimoniais eram certamente muito mais promissoras que um sacerdócio de Vesta. Além disso, o *atrium* de Vesta foi várias vezes o cenário dos fatos sangüinários durante a guerra civil: o sacerdócio atravessava uma crise. Augusto e Tibério tentam torná-lo mais atraente através de inovações jurídicas e compensações financeiras.

As “medidas Augustanas” em favor do culto de Vesta se integram facilmente na cronologia da política religiosa do príncipe J. Scheid demonstrou que Augusto contava em ser *pontifex maximus* para tomar importantes decisões que cabiam ao colégio pontifical<sup>91</sup>, Ele não oferece a Lépido, que permaneceu grande pontífice até sua morte em 13 a.C., nenhuma oportunidade de intervenção. Assim, é depois do falecimento de seu rival que Augusto pôde, enfim, nomear o flâmine de Jupiter ao posto vago a partir de 87 a.C. e modificou certas regras que pesavam sobre esse sacerdócio. Se apenas em 6 de março de 12 Augusto foi, formalmente, concebido como *pontifex maximus* pelo comício - com o intuito de esperar a data tradicional de reunião dessas assembleias -, ele ocupou, entretanto, certamente, a posição de chefe do colégio desde o falecimento de seu predecessor, com base em uma *nominatio* dos pontífices, ao que tudo indica. Nesta posição proeminente, ele pôde, então, tomar certas decisões político-religiosas importantes<sup>92</sup>. É igualmente após ter ascendido ao grande pontificado que Augusto toma diversas medidas em relação ao sacerdócio das vestais.<sup>93</sup>

Diante da falta de candidatas no momento que necessita realizar uma escolha (13-12 a.C), após a morte de Lépido, possivelmente, Augusto se contenta de incitar seus concidadãos, o que foi, aparentemente, suficiente para encontrar 20 candidatas

---

<sup>91</sup> Ver J. Scheid, *Auguste*, - 1999."

<sup>92</sup> Ver J. Scheid; Ronald Syme et la religion des Romains, in *La révolution romaine après Ronald Syme*.1 Bilans et perspectives, éd. François Paschoud, . Adalberto > Giovannini,-, Genève, 1999,'. p. 59 s. . (Entretiens sur; l'Antiquité classique, 46).

<sup>93</sup> Deste modo, note-se, também, que Suetônio situa as disposições adotadas por Augusto em favor das vestais na anedota citada anteriormente no capítulo consagrado as medidas tomadas pelo *princes* como *pontifex maximus* (Suetônio, *Auguste*, 31).

necessárias, de acordo com a *Lex Papia*, para o sorteio de uma vestal. Tão logo o mesmo problema se apresentou uma segunda vez em 5 da nossa era, tomou-se uma medida legal para expandir a base do recrutamento às filhas dos libertos. Ainda que nos seja transmitida em outro momento, a regulamentação, segundo a qual a família da vestal deveria morar na Itália poderia corresponder a necessidades similares: poder-se-ia, aqui, observar uma vontade de expandir o acesso ao sacerdócio.

Ao fim do reinado de Augusto ou ao início do de Tibério, decidiu-se, provavelmente, simplificar o processo de escolha. Daqui em diante, não se deveria mais encontrar 20 candidatas, entre as quais se fariam o sorteio da futura sacerdotisa. Mas sim o *pontifex maximus* poderia apresentar ao Senado uma ou duas candidatas que lhe foram propostas pelos seus respectivos pais. O Senado, ao fim, tomava sua decisão. Essa nova prática não aboliu a *Lex Papia*, mais parece ter sido a regra durante o Império.

Além disso, Augusto e Tibério aumentaram em várias vezes os rendimentos das sacerdotisas<sup>94</sup>. Outras medidas de Augusto destinam-se, principalmente, a harmonizar seus antigos privilégios com a legislação Augustana. Deste modo, durante a nova divisão da ordem de lugares no teatro, atribuiu-se às vestais uma cabine em frente ao Pretor<sup>95</sup>. Elas foram, também, integradas à nova legislação de Augusto sobre o casamento: a partir do ano 9 da nossa era. Elas se beneficiaram do *ius trium liberorum*<sup>96</sup>. A disposição de 23, segundo a qual Livia toma lugar no teatro ao lado das vestais está, manifestadamente, ligada a uma valorização do prestígio dessas sacerdotisas.<sup>97</sup>

---

<sup>94</sup> Suetônio, *Auguste*, - 31, 3 ; Tacite, *Annales*, 4, 16, 4.

<sup>95</sup> Suetônio, *Auguste*, 44; Arnobe, 4, 35.

<sup>96</sup> Dião Cássio 56, 10, 2 (ver também Plutarque, *Numa*, 10, 5). É, provavelmente, no mesmo contexto que é designado o *ius trium liberorum* como motivo de exceção de escolha de uma vestal. Seja o que for esse regulamento não teve, sem dúvida, tanta importância, na medida em que se evitava tomar candidatas contra a vontade de sua família.

<sup>97</sup> Tacite, *Annales*, 4, 16, 4.

As novidades introduzidas por Augusto e Tibério parecem ter sido bem sucedidas. Posteriormente, não se ouviu nunca mais falar da falta de candidatas. Entretanto, isto não se deve somente a uma simplificação do processo de escolha, que não necessitava mais de 20 candidatas, mas só algumas. A institucionalização do principado e a reunião, nas mãos de um só homem, do poder civil e do grande pontífice aumentou, consideravelmente, o prestígio social das vestais.

Numa sociedade onde o poder do príncipe tomou uma importância considerável, o sacerdócio de Vesta poderia representar para as famílias a possibilidade de conviver com o primeiro homem do Estado por intermédio da filha ofertada como sacerdotisa. Esse sacerdócio pôde, então, se revelar uma arma estratégica, além do mais invejada, apesar de certas políticas matrimoniais<sup>98</sup>. Portanto, cada vez mais pais estavam dispostos a apresentar sua filha como vestal.

O papel do grande pontífice na escolha das vestais parece, então, mais limitado do que essas grandes sínteses permitem entender, ao menos durante o Alto Império. É possível que somente tenha sido submetida à *sortitio* as meninas que seus pais haviam previamente proposto, como deixa entender Suetônio, e não pode-se excluir que tal era igualmente o costume durante a época republicana. Da mesma forma, ao menos durante o governo de Tibério, mas talvez já em 5 d. C, o senado escolhia entre as candidatas ofertadas pelo seu pai. Nunca se ouviu falar de coação para uma candidatura. A decisão efetiva era, então, legada ao sorteio, segundo a antiga prática e ao Senado, segundo a nova<sup>99</sup>.

---

<sup>98</sup> Ver sobre o assunto I. Stahlmann, *Sexus*, 1997, p. 136 s. ; Nina Mekacher, *Weg vom Herd ? Zur Integration der Vestalinnen in die Kaiser/este des frühen Prinzipates*, in *Femmes et vie publique dans l'Antiquité gréco-romaine*, éd.1 Anne Bielman, Régula Frei-Stolba; Berne, 2002 (no prêlo).

<sup>99</sup> Encontramo-nos em Roma, onde uma terminava uma tese sobre as vestais no Império (N. Mekacher), outra sobre o colégio pontifical (III<sup>o</sup> século a. C. - IV século d. C.) (Fr. Van Haepere). Nós fomos, durante nossos debates, confrontadas pelas convergências e complementações relativas às escolhas das vestais e

## Ensaio

# MICHEL FOUCAULT E AS REGULARIDADES

## DISCURSIVAS: ALGUMAS REFLEXÕES

*Junio Cesar Rodrigues Lima<sup>100</sup>*

### RESUMO

A presente publicação se propõe a analisar a primeira parte do livro “Arqueologia do Saber”, de Michel Foucault, texto publicado em 1969, onde o autor trata das regularidades discursivas e aborda as unidades do discurso, formações discursivas, a formação dos objetos, modalidades enunciativas, conceitos e estratégias. Foucault (2008, P. 7), em sua proposta, problematiza as “unidades preestabelecidas segundo as quais escandimos tradicionalmente o domínio indefinido, monótono, abundante do discurso”.

Apesar da edição original de nosso primeiro objeto de análise ter sido publicada em 1969 pela Éditions Gallimar, o texto que serve como referência para nosso estudo se trata da 7ª edição/3ª reimpressão, publicada em 2008, pela Editora Forense Universitária<sup>101</sup>, Rio de Janeiro.

Em nosso objeto de análise, Michel Foucault amplia o universo de ocupação do

---

decidimos, então, apresentar simultaneamente os resultados da pesquisa. Nos termos desse artigo, agradecemos à J. Scheid por ter lido nosso manuscrito, nos possibilitando fazer proveito de suas anotações.

<sup>100</sup> Orientando da Prof. Dr. Maria Regina Candido da UERJ, o Prof. Junio Cesar é pesquisador do Núcleo de Estudos da Antiguidade - UERJ e faz parte da linha de pesquisa CNPq "Discurso, Narrativa e Representação". Integra também o grupo de pesquisadores do Núcleo de Estudos em História Medieval, Antiga e Arqueologia Transdisciplinar da UFF - NEHMAAT, fazendo parte da linha de pesquisa CNPq "Cultura, Economia, Sociedade e Relações de Poder na Antiguidade e na Idade Média" e, ainda, "Usos do Passado no Mundo Moderno e Contemporâneo". O professor ainda é mestrando em História Política, com a linha de pesquisa "Política e Cultura" pelo Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>101</sup> O texto é parte integrante da Coleção Campo Teórico; coleção dirigida por Manoel Barros da Motta e Severino Bezerra Cabral Filho; e traduzida por Luiz Felipe Baeta Neves.

historiador ao se debruçar sobre uma obra historiográfica. Segundo ele,

“(...) as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede. (...) A constituição de uma obra completa ou de um *opus* supõe um certo número de escolhas difíceis de serem justificadas ou mesmo formuladas” (FOUCAULT, 2008, P. 26).

Com isso, compreendemos que é fundamental ao historiador se ocupar, antes de qualquer coisa, com aquele que produziu seu objeto de análise, a fim desvendar o sistema de remissões a outros textos, conhecer suas escolhas e identificar o seu lugar de fala; o que, em certo sentido, nos remete a seguinte pergunta: Quem foi Michel Foucault, o autor de nosso objeto de análise? Uma pergunta difícil de ser respondida se considerarmos as palavras do próprio Foucault:

“Você pensa que eu teria tanta dificuldade e tanto prazer em escrever, que eu me teria obstinado nisso, cabeça baixa, se não preparasse - com as mãos um pouco febris - o labirinto onde me aventurar, deslocar meu propósito, abrir-lhe subterrâneos, enterrá-lo longe dele mesmo, encontrar-lhe desvios que resumem e deformam seu percurso, onde me perder e aparecer, finalmente, diante de olhos que eu não terei mais que encontrar? Vários, como eu sem dúvida, escrevem para não ter mais um rosto. Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever” (FOUCAULT, 2008, P. 20).

Entretanto, se trata de um exercício historiograficamente necessário.

Paul-Michel Foucault nasceu em Poitiers, na França, em 15 de outubro de 1926. Estudou na Escola Normal Superior da França e obteve graduação em Filosofia na Universidade de Sorbonne.

Orientado por Jean Hyppolite, em 1949, Foucault obteve diploma em Psicologia e concluiu seus estudos superiores de Filosofia, com uma tese sobre Hegel. Aderiu ao Partido Comunista Francês em 1950 e, em 1951, assumiu a cadeira de Psicologia na Escola Normal Superior. Trabalhou no Hospital Psiquiátrico de Saint-Anne.

Em sua trajetória acadêmica, Michel Foucault, além de ter sido orientado por

Hyppolite, manteve contato com nomes como Pierre Bourdieu, Jean-Paul Sarte, Paul Veyne e Jacques Derrida. Estudou surrealismo e René Char. Seguiu o Seminário de Jacques Lacan. Aproximou-se de Nietzsche e aplicou-se aos estudos sobre Janet, Piaget e Freud. Em 1970, Foucault assumiu a cadeira de História dos Sistemas de Pensamento no Collège de France, onde a aula inaugural, pronunciada em 2 dezembro de 1970 foi “A Ordem do discurso”, texto muito conhecido no universo acadêmico.

Foucault possui uma vasta produção bibliográfica<sup>102</sup>. Muitas delas já foram publicadas, reeditadas e reimpressas em português; algumas se tratam de publicações póstumas; e outras se encontram disponibilizadas na Internet, evidenciando, de certa forma, a popularidade de Michel Foucault no universo acadêmico.

Em algumas oportunidades, Michel Foucault realizou conferências no Brasil; dentre elas se encontra a conhecida “A Verdade e as Formas Jurídicas”, proferida na PUC. Em 25 de junho de 1984, Foucault morreu devido às complicações da AIDS.

Peter Burke (2008, P. 60), em seu livro “O Que é História Cultural?” situa Michel Foucault entre os quatro teóricos particularmente importantes para a Nova História Cultural<sup>103</sup>. Além de apontar para a liberdade teórica de Foucault - “que primeiro foi filósofo e se tornou historiador, depois historiador das idéias que se tornou historiador

---

<sup>102</sup> Dentre as obras de Foucault podemos citar: Doença mental e psicologia (1954); História da loucura (1961); O nascimento da clínica (1963); As palavras e as coisas (1966); A arqueologia do saber (1969); O que é um autor? (1969); A ordem do discurso. Aula Inaugural no Collège de France, Pronunciada em 2 de Dezembro de 1970; A verdade e as formas jurídicas (1973); Vigiar e punir: nascimento da prisão (1975); História da sexualidade 1: a vontade de saber (1976); Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão,... Um caso de parricídio do século XIX, apresentado por Michel Foucault (1977); História da sexualidade 3: o cuidado de si (1984); História da sexualidade 2: o uso dos prazeres (1984); Resumo dos cursos de college de France 1970-1982; O homem e o discurso (1994); Estratégias de Poder (1994); A mulher e os rapazes (1997); Em defesa da sociedade (1997); Ditos & escritos. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise (1999); Ditos & escritos. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento (2000); Ethics (2000); O que é a crítica? (crítica ou aufklärung) (2000); Microfísica do poder (2000); Os anormais (2001); Isto não é um cachimbo (2002); A hermenêutica do sujeito (2004); Um diálogo sobre os prazeres do sexo (2005); Arqueologia das ciências e história dos sistemas (2006); O poder psiquiátrico (2006); Genealogia del Racismo; Por uma vida não facista; O sujeito e o poder.

<sup>103</sup> Além de Michel Foucault, Peter Burke cita Mikhail Bakhtin, Norbert Elias e Pierre Bourdieu.

social – fez sua reputação com uma série de livros sobre a história da loucura, da clínica, dos sistemas intelectuais, da vigilância e da sexualidade”, Burke (2008, P. 74) ressalta que três de suas idéias tiveram especial influência sobre a Nova História Cultural: as *descontinuidades culturais ou rupturas; os sistemas de classificação, epistemes ou regimes de verdade; e as práticas discursivas.*

Segundo Peter Burke (2008, P. 74), Michel Foucault foi um crítico severo da interpretação histórica de Hegel e de outros filósofos do século XIX que balizavam suas análises em termos de teleologia, progresso, evolução ou crescimento da liberdade e individualismo. Foucault, diz Burke (2008, P. 74), preferia destacar os efeitos dos acidentes em lugar de traçar a evolução das idéias ou as origens do atual sistema - “Ele se definia como arqueólogo, porque achava a obra dos historiadores superficial, sendo necessário cavar mais fundo para chegar às estruturas intelectuais ou, como preferia chamar, 'redes' (*réseaux*) e 'grades' (*grilles*) (BURKE, 2008, P. 75).

Peter Burke (2008, P. 74-76) também analisa as contribuições de Michel Foucault para a Nova História Cultural a partir de quatro obras: “A Ordem do Discurso”, onde ele apresenta seu objetivo como o estudo do controle do pensamento; “A Ordem das Coisas”, quando ele trata dos discursos dos séculos XVII e XVIII e sugere que os discursos coletivos, mais que os escritores individualmente, são objeto adequado ao estudo; “Microfísica do Poder”, obra em que, segundo as observações de Burke, Foucault sugere que as práticas discursivas constroem ou constituem os objetos de que fala e a cultura ou a sociedade como um todo, enquanto olhar era uma expressão da sociedade disciplinar moderna; e “Vigiar e Punir”, onde o autor sugere que a organização espacial das salas de aula, os pátios dos quartéis e das fábricas facilitava o controle pela vigilância.

Em nosso objeto de análise – “As Regularidades Discursivas”, Michel Foucault se direciona para os seguintes objetivos: a) Problematizar as unidades preestabelecidas do discurso; b) Demonstrar que tais unidades necessitam de uma elaboração teórica para serem definidas com exatidão; c) Comprovar que a unidade de um discurso abrange uma

dispersão de elementos; e que essa dispersão, com suas lacunas, falhas, desordens, superposições, incompatibilidades, trocas e substituições, pode ser descrita, em sua singularidade; d) Demonstrar que o emprego de conceitos como de *descontinuidade*, *ruptura*, *limiar*, *limite*, *série*, *transformação*, coloca, a qualquer análise histórica, questões de procedimento e problemas teóricos; e) Problematizar as noções que diversificam o tema da continuidade, mesmo sem uma estrutura conceitual bastante rigorosa; f) Demonstrar que os recortes ou agrupamentos de discursos é sempre *categorias reflexivas*, *princípios de classificação*, *regras normativas*, *tipos institucionalizados*, *fatos de discurso* que merecem ser analisados com outros de sua complexa relação; g) Tratar de uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral; h) Diferenciar a análise do pensamento da análise do discurso; i) Conceituar “enunciado”, identificando suas relações; j) Definir “formações discursivas”; k) Descrever as *regras de formação*; l) Identificar como se formam os objetos, as modalidades enunciativas, os conceitos e as estratégias dos discursos.

Procurando atingir seus objetivos, Michel Foucault inicia sua reflexão abordando o processo de deslocamento do objeto de estudo da História. Nas décadas que antecederam sua produção, a atenção dos historiadores se voltara para longos períodos, utilizando para sua análise “modelos de crescimento econômico, análise quantitativa dos fluxos de troca, perfis dos desenvolvimentos e das regressões demográficas, estudo do clima e de suas oscilações, identificação das constantes sociológicas, descrição dos ajustamentos técnicos, de sua difusão e persistência” (FOUCAULT, 2008, P. 3); instrumentos que, segundo ele, os historiadores criaram ou importaram de outras áreas de conhecimento.

Alguns dos resultados desse diálogo, observa Foucault, foram à possibilidade de fazer distinção entre camadas sedimentares diversas, a multiplicação dos níveis e a redução de escalas de análise. Com isso, a problemática tradicional da história foi substituída por interrogações de outro tipo. A atenção, o trabalho e os métodos do historiador se deslocaram para os fenômenos de ruptura, principalmente, nas histórias das

idéias, das ciências, da filosofia, do pensamento e da literatura, apesar de suas especificidades.

“Sob as grandes continuidades do pensamento, sob as manifestações maciças e homogêneas de um espírito ou de uma mentalidade coletiva, sob o dever obstinado de uma ciência que luta apaixonadamente por existir e por se aperfeiçoar desde seu começo, sob a persistência de um gênero, de uma forma, de uma disciplina, de uma atividade teórica, procura-se agora detectar a incidência das interrupções, cuja posição e natureza são, aliás, bastante diversas” (FOUCAULT, 2008, P. 4).

Posteriormente, Roger Chartier, dialogando com a análise de Foucault, também observou que os princípios de inteligibilidade que governaram a história foram abalados progressivamente, abrindo caminho para uma pluralidade de abordagens e de compreensões. Com isso, os historiadores renunciaram a descrição da totalidade social e o modelo braudeliano para compreender o social fora do que Roger Chartier (1991, P. 176) chamou de “uma partição rigidamente hierarquizada das práticas e das temporalidades e da primazia de um conjunto particular de determinações”. Assim, procurando um outro modo para decifrar as sociedades, a história voltou seus olhos também para os desvios culturais.

Roger Chartier (1991, P. 177) entende que, ao renunciar ao primado do recorte social para dar conta dos desvios culturais, a história em seus últimos desenvolvimentos mostrou que é possível qualificar os motivos, os objetos ou as práticas culturais em termos sociológicos e que sua distribuição e seus usos numa dada sociedade não se organizam necessariamente segundo divisões sociais prévias de estado e de fortuna. O que, segundo ele, abriu novas perspectivas para se pensar a relação entre as obras ou práticas e o mundo social; considerando a pluralidade das clivagens de uma sociedade, a diversidade de emprego dos materiais ou dos códigos partilhados. Com isso, Chartier postula as mutações ou deslocamentos dos trabalhos históricos como uma forma de renúncia.

Michel Foucault ressalta que os *atos e liminares epistemológicos* apontados por G. Bachelard, os *deslocamentos e transformações* dos conceitos discutidos por G. Canguilhem,

as *redistribuições recorrentes* estudadas por M. Serres, as *unidades arquitetônicas dos sistemas* analisadas por M. Guérault e a análise literária contribuíram profundamente para a adoção de uma nova problemática para a história:

“(…) o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos. Vê-se, então, o espraiamento de todo um campo de questões - algumas já familiares - pelas quais essa nova forma de história tenta elaborar sua própria teoria” (FOUCAULT, 2008, P. 6).

Segundo Foucault (2008, P. 6-7), apesar do fato das histórias do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura multiplicar as rupturas e se ocuparem de todas as perturbações da continuidade, enquanto a história propriamente apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos, a problemática é a mesma; entretanto, produz, na superfície, efeitos inversos. Com esta observação ele resume tais problemas à crítica do documento, observando que a história mudou sua posição em relação a ele.

“Ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações” (FOUCAULT, 2008, P. 7).

Foucault analisa a relação entre história e documento para afirmar que ela é a utilização de uma materialidade documental que apresenta formas de permanências, quer espontâneas, quer organizada. Assim ele distingue documento e memória para afirmar que, em sua forma tradicional, a história memorizava os monumentos do passado, transformava-os em documentos, entretanto, para Michel Foucault, a história nova passou a transformar documentos em monumentos sem desconsiderar o diálogo com a arqueologia, objetivando isolar, agrupar, tornar pertinente, inter-relacionar e organizar em

conjuntos uma massa de elementos pertinentes a documentação.

Segundo Foucault, o diálogo entre história e arqueologia, a fim de descrever o monumento, trouxe algumas conseqüências. A primeira delas foi à multiplicação de rupturas - o que resultou na necessidade de distinguir além de acontecimentos importantes e mínimos, acontecimentos de níveis diferentes. A segunda se refere à noção de descontinuidade. O descontínuo deixou de ser um dado impensável, incluso na natureza dos acontecimentos dispersos, acidentes que deviam ser contornados, reduzidos, apagados a fim de dar lugar à continuidade. A terceira conseqüência, segundo Foucault, foi o surgimento de uma história geral<sup>104</sup> em lugar do projeto de história global.

Michel Foucault (2008, P. 11) observa que o projeto de uma história global estava ligado três hipóteses norteadoras: a) a possibilidade de estabelecer um sistema de relações homogêneas entre todos os acontecimentos de uma área espaço/temporal; b) a de que uma única e mesma forma de historicidade compreendam as estruturas econômicas, as estabilidades sociais, a inércia das mentalidades, os hábitos técnicos, dentre outras coisas; c) a de que a própria história possa ser articulada em grandes unidades, com princípio de coesão. Todos estes postulados, segundo ele, são questionados pela história nova em sua problemática.

“O problema que se apresenta - e que define a tarefa de uma história geral - é determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre essas diferentes séries; que sistema vertical podem formar; qual é, de umas às outras, o jogo das correlações e das dominâncias; de que efeito podem ser as defasagens, as temporalidades diferentes, as diversas permanências; em que conjuntos distintos certos elementos podem figurar simultaneamente; em resumo, não somente que séries, mas que 'séries de séries' - ou, em outros termos, que 'quadros' - é possível constituir” (FOUCAULT, 2008, P. 11).

Paul Michel Foucault destaca ainda alguns problemas metodológicos encontrados

---

<sup>104</sup> Foucault (2008, P. 10) entende que “o projeto de uma história global procura reconstituir a forma de conjunto de uma civilização, o princípio, material ou espiritual, de uma sociedade, a significação comum a todos os fenômenos de um período, a lei que explica sua coesão, o que se chama metaforicamente o 'rosto' de uma época”.

pela história nova: a) a constituição de *corpus* coerentes e homogêneos de documentos; b) o estabelecimento de um princípio de escolha; c) a definição do nível de análise e dos elementos que lhe são pertinentes; d) a especificação de um método de análise; e) a delimitação dos conjuntos e subconjuntos que articulam o material estudado; f) a determinação das relações que permitem caracterizar um conjunto.

Partindo das informações acima elencadas, Foucault (2008, P. 17-20) se propõe a abordar a arqueologia do saber, esclarecendo que não pretende transferir para o domínio da história um método estruturalista; nem tampouco, utilizar as categorias das totalidades culturais para impor a história a forma de análise estrutural; também não interessa a Michel Foucault fazer críticas a seus antecessores a fim de supervalorizar seu trabalho; mas, sim, definir uma posição singular, identificando seu lugar de fala em um discurso que, segundo sua ironia, parece ainda precário e incerto.

Ao abordar as unidades do discurso, Michel Foucault, objetiva considerar os problemas teóricos e as questões de procedimentos oriundo do emprego dos conceitos de *descontinuidade*, *ruptura*, *limiar*, *limite*, *série* e *transformação* na história das idéias, ou do pensamento, ou das ciências ou dos conhecimentos.

Em primeiro lugar, Michel Foucault procura se libertar de todo um jogo de noções sobre o tema da *continuidade*. Assim, ele trabalha as noções de *tradição*, de *influência*, de *desenvolvimento* e de *evolução*, de *mentalidade* ou de *espírito*. Foucault admite que certos *recortes* ou *agrupamentos* são aceitos sem qualquer exame; o que Albuquerque Júnior (2007, P. 235) chama de *sacralização* do texto e autor.

“É preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las da sombra onde reinam. E ao invés de deixá-las ter valor espontaneamente, aceitar tratar apenas, por questão de cuidado com o método e em primeira instância, de uma população de acontecimentos dispersos” (FOUCAULT, 2008, P. 24).

Assim, Foucault levanta o seguinte questionamento: é possível admitir, tais como são, a distinção dos grandes tipos de discurso, ou a das formas ou dos gêneros que opõem,

umas às outras, ciência, literatura, filosofia, religião, história, ficção etc., e que as tornam espécies de grandes individualidades históricas?

Para Michel Foucault (2008, P. 25) esses recortes ou agrupamentos devem ser tratados como *categorias reflexivas, princípios de classificação, regras normativas, tipos institucionalizados*, em suma, *atos de discurso*. Como tais, jamais podem ser desprezados. Devem ser analisados ao lado de outros que com ele mantém relação.

Foucault ainda ressalta que as margens de um livro jamais são nítidas, nem rigorosamente determinadas. A unidade do livro é variável e relativa, apenas se constrói a partir de um campo complexo de discursos - “a constituição de uma obra completa ou de um opus supõe um certo número de escolhas difíceis de serem justificadas ou mesmo formuladas” (FOUCAULT, 2008, P. 26). Uma obra jamais pode ser considerada como unidade imediata, certa ou homogênea.

Roger Chartier, ao abordar as práticas de leitura, distingue dois conjuntos de dispositivos e os caracteriza como indispensáveis: aqueles que provêm das estratégias de escrita e das intenções do autor; e os que resultam de uma decisão do editor ou de uma exigência da oficina de impressão - “os autores não escrevem livros: não, escrevem textos que outros transformam em objetos impressos” (CHARTIER, 1991, P. 182). O efeito produzido não depende de modo algum das formas materiais que suportam o texto, mas, contribuem para antecipar às feições do leitor em relação ao texto e para evocar novos públicos ou usos inéditos (CHARTIER, 1991, P. 182).

Segundo Michel Foucault, todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um *já-dito*, ou seja, uma frase já pronunciada, texto já escrito ou, ainda, em um *jamais-dito*, um discurso sem corpo. Assim, Foucault sugere que, em vez de remeter o discurso à longínqua presença de sua origem, ele seja tratado no jogo de sua instância. Com isso, o autor se ocupa de um projeto de acontecimentos discursivos, cujo campo se refere ao “conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas seqüências lingüísticas que tenham sido formuladas” (FOUCAULT, 2008, P. 30). O tratamento desse conjunto objetiva

desvendar os enunciados, a intenção do *sujeito falante*, sua atividade consciente e inconsciente, reconstruir o discurso, descobrir a palavra muda. Entretanto, não se pode esquecer que a análise do pensamento é sempre alegórica em relação ao discurso que utiliza.

“A análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar” (FOUCAULT, 2008, P. 31).

Foucault se propõe a isolar a instância do acontecimento enunciativo em relação à língua e ao pensamento a fim de apreender relações entre os enunciados, grupos de enunciados, entre enunciados ou grupos de enunciados e acontecimentos de uma ordem diferente. Para isso, ele admite um *recorte provisório*, uma primeira aproximação que facilite o aparecimento das *relações discursivas*.

Em suma, ao tratar das unidades do discurso, Michel Foucault entende que o analista do discurso precisa descrever a relação entre *enunciados*; analisar toda forma de *descontinuidade*, de *corte*, *limiar* ou de *limite*; e analisar os *enunciados* no campo do discurso e das relações de que são suscetíveis. Foucault, então, parte para a análise das *formações discursivas* e, considerando unidades como a medicina, a gramática e a economia política, levanta os seguintes questionamentos: O que é, então, a medicina, a gramática, a economia política? Será que não passam de um reagrupamento retrospectivo pelo qual as ciências contemporâneas se iludem sobre seu próprio passado? São formas que se instauraram definitivamente e se desenvolveram soberanamente através do tempo? Encobrem outras unidades? E que espécie de laços reconhecer validamente entre todos esses enunciados que formam, de um modo ao mesmo tempo familiar e insistente, uma massa enigmática?

Michel Foucault, a princípio, apresenta suas hipóteses norteadoras. Em primeiro lugar, ele tentou comprovar que os *enunciados*, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formavam um conjunto quando se referiam a um único e mesmo objeto. Porém, ao aplicar este postulado a unidade do objeto “loucura”, se viu impedido de individualizar um conjunto de *enunciados* e estabelecer entre eles uma unidade. Assim, Foucault compreendeu que para individualizar um conjunto de *enunciados* era imprescindível descrever a *dispersão*, apreender *interstícios*, medir *distâncias*, ou seja, formular uma *lei de repartição* (FOUCAULT, 2008, P. 36-37).

Em segundo lugar, Michel Foucault postula que a ciência médica, a partir do século XIX, se caracterizava menos por seus objetos ou conceitos do que por um certo estilo, um certo caráter constante da enunciação. Foucault objetiva definir um grupo de relações entre *enunciados*. Porém, concluiu que a unidade não se fundamenta em uma determinada forma de *enunciados*, mas, sim, no conjunto de regras que tornaram possíveis, simultânea ou sucessivamente, descrições puramente perceptivas e, ainda, observações tornadas mediadas por instrumentos, protocolos de experiências de laboratórios, cálculos estatísticos, constatações epidemiológicas ou demográficas, regulamentações institucionais, prescrições terapêuticas (FOUCAULT, 2008, P. 38-39). Com isso, Foucault compreendeu que seria preciso caracterizar e individualizar a coexistência de cada um desses *enunciados*, mesmo que dispersos e heterogêneos.

Em terceiro lugar, Foucault verifica a possibilidade de estabelecer grupos de *enunciados* determinando-lhes o sistema dos conceitos permanentes e coerentes a eles relacionados, entretanto, logo compreende que a *unidade discursiva* pode ser descoberta na emergência simultânea ou sucessiva, no afastamento, na distância que separa os conceitos e em sua incompatibilidade. Assim, Michel Foucault em vez de buscar uma arquitetura de conceitos gerais e abstratos que explicariam todos os outros, procura analisar a *emergência* e a *dispersão* desses mesmos conceitos.

Em quarto lugar, Michel Foucault trata da identidade e persistência dos temas,

objetivando problematizar *princípios de individualização* de um discurso.

“Não seria mais indicado buscá-los na dispersão dos pontos de escolha que ele deixa livres? Não seriam as diferentes possibilidades que ele abre no sentido de reanimar temas já existentes, de suscitar estratégias opostas, de dar lugar a interesses inconciliáveis, de permitir, com um jogo de conceitos determinados, desempenhar papéis diferentes? Mais do que buscar a permanência dos temas, das imagens e das opiniões através do tempo, mais do que retrair a dialética de seus conflitos para individualizar conjuntos enunciativos, não poderíamos demarcar a dispersão dos pontos de escolha e definir, antes de qualquer opção, de qualquer preferência temática, um campo de possibilidades estratégicas?” (FOUCAULT, 2008, P. 41)

Michel Foucault (2008, P. 42-43) entende que as quatro hipóteses norteadoras e as tentativas acima elencadas fracassaram. Assim, ele chega à conclusão que para se tratar das *formações discursivas* é imprescindível descrever *sistemas de dispersão*<sup>105</sup> entre os elementos do discurso, pesquisar se existe *regularidade*<sup>106</sup> entre eles em vez de reconstituir *cadeias de inferência* ou estabelecer *quadros de diferenças*. Nos casos em que entre certo número de enunciados existir semelhante *sistema de dispersão* e ainda for detectada uma *regularidade*, segundo Michel Foucault, foi encontrada uma *formação discursiva*. O autor ainda chama as condições em que os elementos de uma *formação discursiva* estão submetidos de *regras de formação*. Assim sendo, Foucault discute a formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos e das estratégias.

Para tratar da formação dos objetos, Michel Foucault se utiliza do discurso da Psicopatologia no século XIX sobre o louco no hospital psiquiátrico. Com isso ele levanta os seguintes questionamentos: “Pode-se estabelecer a regra a que seu aparecimento estava submetido? Pode-se saber segundo que sistema não dedutivo esses objetos puderam se justapor e se suceder para formar o campo retalhado - lacunar ou pictórico segundo os

---

<sup>105</sup> Para Foucault (2008, P. 42) os elementos do discurso não se organizam como um edifício progressivamente dedutivo, nem como um livro sem medida que se escreveria pouco a pouco, nem como a obra de um sujeito coletivo.

<sup>106</sup> Foucault (2008, P. 42) entende regularidade como uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua similaridade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas.

pontos - da Psicopatologia? Qual foi seu regime de existência enquanto objetos de discurso?” (FOUCAULT, 2008, 46) .

Em seu procedimento de análise, Foucault a aponta que em primeiro lugar seria necessário demarcar as *superfícies* primeiras de sua *emergência* objetivando designar e analisar “essas diferenças individuais que, segundo os graus de racionalização, os códigos conceituais e os tipos de teoria, vão receber a qualificação de doença, alienação, anomalia, demência, neurose ou psicose, degenerescência etc. Essas superfícies de emergência não são as mesmas nas diferentes sociedades, em diferentes épocas e nas diferentes formas de discurso” (FOUCAULT, 2008, P. 46).

Em seguida, Foucault entende que seria necessário descrever ainda as *instâncias de delimitação*. No caso do discurso sobre o louco no século XIX, procurar delimitar se o discurso em análise dialoga com os discursos médico, religioso, literário, artístico, jurídico, dentre outros.

Em terceiro lugar, Michel Foucault analisa as *grades de especificação*, ou seja, os sistemas segundo os quais se separa, opõe, associa, reagrupa, classifica, deriva, umas das outras as diferentes loucuras como objeto do discurso psiquiátrico. Foucault entende que o procedimento acima elencado ainda é insuficiente para a se desvendar a formação dos objetos. Seria necessário ainda averiguar a *rede de relações* do discurso psiquiátrico para que defina uma *formação discursiva*.

“Diremos, pois, que uma formação discursiva se define (pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha de se modificar” (FOUCAULT, 2008, P. 50).

Foucault aponta um número de observações e conseqüentes dificuldades: a) as condições históricas para que se apareça um objeto de discurso são numerosas e importantes; b) essas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos

e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização que não estão presentes no objeto ou definem sua condição interna, mas o permite aparecer e se situar em relação aos outros; c) essas relações se distinguem das relações primárias ou reais. Podem se situar no campo as relações secundárias ou reflexivas ou, ainda, das discursivas.

“As relações discursivas, como se vê, não são internas ao discurso: não ligam entre si os conceitos ou as palavras; não estabelecem entre as frases ou as proposições uma arquitetura dedutiva ou retórica. Mas não são, entretanto, relações exteriores ao discurso, que o limitariam ou lhe imporiam certas formas, ou o forçariam, em certas circunstâncias, a enunciar certas coisas. Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes (pois essa imagem da oferta supõe que os objetos sejam formados de um lado e o discurso, do outro), determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los etc. Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática” (FOUCAULT, 2008, P. 51).

Após aplicar o procedimento acima, objetivando descrever a formação dos objetos e utilizando como exemplo o discurso da Psicopatologia sobre o louco no século XIX, Michel Foucault descobriu um conjunto de regras que são imanentes a uma *prática discursiva* e que a definem em sua especificidade. Porém, segundo suas conclusões, esse conjunto deve ser compreendido em nível do estabelecimento de relação entre as *superfícies* em que podem aparecer, ser delimitados, analisados e especificados.

“Em uma palavra, quer-se, na verdade, renunciar às 'coisas', 'despresentificá-las'; conjurar sua rica, relevante e imediata plenitude, que costumamos considerar como a lei primitiva de um discurso que dela só se afastaria pelo erro, esquecimento, ilusão, ignorância ou inércia das crenças e das tradições ou, ainda, desejo, inconsciente talvez, de não ver e de não dizer; substituir o tesouro enigmático das "coisas" anteriores ao discurso pela formação regular dos objetos que só nele se delineiam; definir esses objetos sem referência ao fundo das coisas, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico” (FOUCAULT, 2008, P. 53).

Foucault também distingue seu método da lingüística, afirmando que a análise

léxica não se refere à *prática discursiva* como lugar onde se forma ou se deforma, aparece ou se apaga uma pluralidade emaranhada de objetos. O discurso, para ele, não se trata do simples entrecruzamento de coisas e de palavras; não é uma superfície de contato entre a realidade e uma língua.

Em “A Ordem do Discurso”, Michel Foucault entende que a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos. Tais procedimentos teriam como objetivo conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento e esquivar sua materialidade. Foucault analisa sua sociedade e afirma que, em relação discurso, existem alguns procedimentos de exclusão. Assim ele parte de três princípios: a) o *princípio da interdição* – na qual não se tem o direito de dizer tudo, em qualquer circunstância ou que qualquer um não pode falar qualquer coisa; b) o *princípio da separação ou rejeição* – onde alguns discursos estão proibidos de circular, evidenciando distinção social entre uns e outros; c) o *princípio da oposição entre verdadeiro e falso* – que muitas vezes está apoiado sobre um suporte institucional que determina aquilo que é verdade.

“Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (...) O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascará-la” (FOUCAULT, 1970, P. 5, 8).

O próximo passo de Michel Foucault é desvendar a formação das modalidades enunciativas, objetivando descobrir que encadeamento, determinismo existem entre enunciados. Foucault entende que a primeira questão a ser respondida é quem fala? Tal questionamento traz consigo alguns problemas corolários como: Quem, no conjunto de

todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o status dos indivíduos que têm - e apenas eles - o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso? Em segundo lugar, é preciso descrever os lugares institucionais onde o sujeito falante obtém seu discurso, bem como, onde esse encontra sua superfície primária e seu ponto de aplicação. Em seguida, é necessário identificar as diferentes posições do sujeito, entendendo que as modalidades diversas de enunciação não estão relacionadas à unidade de um sujeito.

Michel Foucault também entende que é preciso descrever a organização do campo de enunciados em que os conceitos aparecem e circulam, antes de repor os conceitos em um edifício dedutivo virtual. Com isso, Foucault faz as seguintes observações: a) a organização dos conceitos compreende, inicialmente, formas de sucessão, as diversas posições das séries enunciativas, os diversos tipos de correlação dos enunciados, os diversos esquemas retóricos; b) a configuração do campo enunciativo compreende formas de coexistência na qual se delineiam um campo de presença em que as relações instauradas podem ser da ordem da verificação experimental, validação lógica, repetição, aceitação justificada pela tradição e pela autoridade, comentário, busca de significações ocultas, análise do erro; c) a definição de procedimentos de intervenção que podem ser aplicados aos enunciados, oriundos das técnicas de reescrita, métodos de transcrição, modos de tradução, dos meios utilizados para aproximação dos enunciados, da maneira pela qual se delimita novamente ou se transfere um tipo de enunciado, dos métodos de sistematização de proposições.

Como se pode observar, Michel Foucault não se propõe a analisar os estados terminais do discurso, mas sim, os sistemas que tornam possíveis as formas sistemáticas últimas. Foucault está em busca das regularidades pré-terminais em relação às quais o

estado final, longe de constituir o lugar do nascimento do sistema, se define, antes, por suas variantes. Ele se ocupa mais das formações que podem ser chamadas de pré-discursivas, mas com a condição de que, essas formações pertencem ao discursivo - “Não procuramos, pois, passar do texto ao pensamento, da conversa ao silêncio, do exterior ao interior, da dispersão espacial ao puro recolhimento do instante, da multiplicidade superficial à unidade profunda. Permanecemos na dimensão do discurso” (FOUCAULT, 2008, P. 85). Com isso, Paul Michel Foucault apresenta um procedimento metodológico que surge como uma alternativa para aqueles que se ocupam com análise do discurso que emerge de documentações da Antiguidade.

## BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru/SP: Edusc, 2007, 1a edição, 260p.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARDOSO, C. F. S. *Narrativa, sentido, história*. São Paulo: Papyrus, 1997.

FICHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf). Acessado em 9 de novembro de 2011.

FOUCAULT, Michel. *As regularidades discursivas* in: FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GRICOLETTO, Evandra. *Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito*. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/sujeito/evandra.pdf>. acessado em 1 de setembro de 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas:



Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_ ***Análise do discurso em suas diferentes tradições intelectuais.***

Disponível em: [http://www.discurso.ufrgs.br/evento/conf\\_04/eniorlandi.pdf](http://www.discurso.ufrgs.br/evento/conf_04/eniorlandi.pdf). Acessado em 2 de maio de 2011.

\_\_\_\_\_ ***Discurso, imaginário social e conhecimento.*** Disponível em:

<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/911/817>. Acessado em 2 de maio de 2011.

\_\_\_\_\_ ***O que é linguística?*** São Paulo: Brasiliense, 2009.

SANTOS, Zoloí Aparecida Martins. ***História e literatura: uma relação possível.*** Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/RevistaCientifica2/zeloidossantos.pdf>; Acessado em 11 de agosto de 2009.

# Nearco

Revista Eletrônica em Antiguidade - ISSN 1972 - 9713  
2012 - Ano V – Número I

<http://www.nea.uerj.br/nearco/nearco9.html>

## Núcleo de Estudos da Antiguidade - UERJ

Rua São Francisco Xavier, 524, Bl. A, 9º andar, Sala 9030  
Campus Maracanã / RJ - Pavilhão João Lyra Filho